

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf FELIPE VIEIRA **MONROE**

**As migrações africanas para a Europa após a Primavera
Árabe e suas implicações no controle de imigrações
para a União Europeia**



Rio de Janeiro
2022

Maj Inf FELIPE VIEIRA **MONROE**

As migrações africanas para a Europa após a Primavera Árabe e suas implicações no controle de imigrações para a União Europeia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Maj Inf **VLADIMIR MEDEIROS COSTA**

Rio de Janeiro
2022

M753m Monroe, Felipe Vieira

As migrações africanas para a Europa após a Primavera Árabe e suas implicações no controle de imigrações para a União Europeia. / Felipe Vieira Monroe. - 2022.

57 f. : il ; 30 cm.

Orientação: Vladimir Medeiros Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)—Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f 54-57

1. Migrações. 2. Primavera Árabe. 3. União Europeia. 4. Controle de imigrações. I. Título.

CDD 327

Maj Inf FELIPE VIEIRA **MONROE**

As migrações africanas para a Europa após a Primavera Árabe e suas implicações no controle de imigrações para a União Europeia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Aprovado em 14 de outubro de 2022.

COMISSÃO AVALIADORA

Vladimir Medeiros Costa – Maj Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Gustavo Mendes Régua **Barcelos** – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rodrigo Mendes **Régua** Barcelos – Maj Inf - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha família, fonte de inspiração e exemplo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o Senhor dos Exércitos, por ter me permitido alcançar todos os meus objetivos propostos.

Ao meu orientador, Vladimir, pela orientação e apoio durante a execução do presente trabalho.

Ao meus pais, pela educação fornecida na minha formação.

À minha esposa Katia e meus filhos Davi, Pedro e Artur pelo carinho, compreensão e incentivo.

“Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus” (Efésios 2:19).

RESUMO

As manifestações iniciadas no fim de 2010, no Norte do Continente Africano, causaram diversas consequências na região e em seu entorno. Elas tinham como objetivo a busca de mais direitos para aquelas populações, porém ocasionaram turbulências que fizeram crescer o movimento migratório na região, com destaque para o que tinha como objetivo o continente europeu. A partir disso, diversas ações foram tomadas pela União Europeia, com o intuito de melhor controlarem o fluxo que estava em vertiginosa expansão. Este trabalho visou apresentar como o processo de manifestações, que ficou conhecido como Primavera Árabe, tomou vulto, priorizando o estudo do ocorrido nos países africanos mais relevantes nesse contexto, a Tunísia, o Egito, a Líbia, a Argélia e o Marrocos. Buscou ainda analisar suas consequências para a ascensão das migrações no sentido Sul-Norte, focando sua abordagem, principalmente, no ocorrido através do Mar Mediterrâneo. Ademais, foram analisadas as consequentes respostas europeias frente à realidade que passou a se apresentar, com vistas a aumentar o controle de imigrações em seus territórios e nos países próximos. Para tal, foi tomado como referencial teórico a Teoria dos Limes, além de explicitados os principais acordos realizados entre a UE e países africanos de grande relevância nesse processo migratório, a Líbia e a Tunísia. Por fim, foi feita uma breve comparação entre as ações tomadas pelos Europeus após a Primavera Árabe e as ações que foram implementadas pelo Estado Brasileiro, no contexto da Operação Acolhida, que visa fazer face ao aumento do fluxo migratório decorrente da crise que ocorre na Venezuela, buscando pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Palavras-chave: Migrações; Primavera Árabe; União Europeia; Controle de Imigrações.

ABSTRACT

The demonstrations that started at the end of 2010, in the North of the African Continent, had several consequences in the region and its surroundings. They aimed to seek more rights for those populations, but they caused turmoil that made the migratory movement grow in the region, especially the one that had the European continent as its objective. From this, several actions were taken by the European Union to improve the control of the flow that was in vertiginous expansion. This work aimed to present how the process of manifestations, which became known as the Arab Spring, took shape, prioritizing the study of what happened in the most relevant African countries in this context, Tunisia, Egypt, Libya, Algeria and Morocco. It also sought to analyze its consequences for the rise of migrations in the South-North direction, focusing its approach, mainly, on what happened across the Mediterranean Sea. In addition, it analyzed the consequent European responses to the reality that began to present itself, with a view to increasing immigration control in their territories and in nearby countries. To this end, the Theory of Limes was taken as a theoretical reference, besides, it was explained the main agreements between the EU and the most important African countries in this migratory process, Libya and Tunisia. Finally, a brief comparison was made between the actions taken by Europeans after the Arab Spring and the actions that were implemented by the Brazilian State, in the context of Operation Acolhida, which aims to face the increase in the migratory flow resulting from the crisis that occurs in Venezuela, seeking strengths and opportunities for improvement.

Keywords: Migrations; Arab Spring; European Union; Immigration Control.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
CIEJD	Centro de Informação Europeia Jacques Delors
CNT	Conselho Nacional de Transição
CSFA	Conselho Supremo das Forças Armadas
CSMI	Iniciativa do Mar Mediterrâneo Central
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EB	Exército Brasileiro
EUBAM LYBIA	Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia na Líbia
FRONTEX	Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira
MENA	Países do Norte da África e Oriente Médio
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OM	Oriente Médio
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
RAU	República Árabe Unida

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Travessias ilegais de fronteira na rota do Mediterrâneo Central.....	29
Figura 2 – Travessias ilegais de fronteira na rota do Mediterrâneo Ocidental.....	30
Figura 3 – Travessias ilegais de fronteira na rota da África Ocidental.....	31
Figura 4 – Rotas de migração para a Europa.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	15
2.1	TIPO DE PESQUISA	15
2.2	COLETA DE DADOS	15
2.3	TRATAMENTO DOS DADOS	15
2.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	16
3	A PRIMAVERA ÁRABE	17
3.1	A PRIMAVERA ÁRABE NA TUNÍSIA	18
3.2	A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO	20
3.3	A PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA	23
3.4	A PRIMAVERA ÁRABE NA ARGÉLIA	25
3.5	A PRIMAVERA ÁRABE NO MARROCOS	26
4	OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS AFRICANOS PARA A EUROPA DECORRENTES DA PRIMAVERA ÁRABE	27
4.1	MEDITERRÂNEO CENTRAL	28
4.2	MEDITERRÂNEO OCIDENTAL	30
4.3	ÁFRICA OCIDENTAL	31
4.4	REFLEXOS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DO NORTE DA ÁFRICA PARA A EUROPA	32
5	IMPLICAÇÕES NAS AÇÕES DE SEGURANÇA DE FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA FRENTE À MIGRAÇÃO AFRICANA	34
5.1	A UNIÃO EUROPEIA	34
5.2	FRONTEX	35
5.3	A TEORIA DOS LIMES	36
5.4	AÇÕES DA UE FRENTE À MIGRAÇÃO DO NORTE DA ÁFRICA	36
5.5	ACORDOS COM A LÍBIA	40
5.6	ACORDOS COM A TUNÍSIA	44
6	A OPERAÇÃO ACOLHIDA	47
6.1	INÍCIO	47
6.2	EXECUÇÃO E OBJETIVOS	48
6.3	RESULTADOS	49
7	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa abordar as ações realizadas pela União Europeia (UE) frente ao aumento ocorrido nas migrações africanas para a Europa após o início das turbulências ocorridas naquele continente, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe.

O Norte da África era uma região composta por autocracias frágeis no início de 2011. Apesar disso, a arte da previsão política e econômica não conseguiu antever quando ocorreriam acontecimentos que mudariam a situação daquelas governanças, nem qual seria o catalisador de suas mudanças (JOFFÉ, 2011).

Joffé (2011) inferiu que as causas mais comuns das revoluções ocorridas nos países do Norte da África, a partir do final de 2010, eram a crise global dos preços dos alimentos e o apoio Ocidental aos regimes autocráticos que dirigiam aquelas nações, porém o autor ainda abordou que os levantes no Egito, na Tunísia e na Líbia estavam mais ligados ao desprezo e alto grau de repressão infligidos pelos governos desses países, liderados por Mubarak, Ben Ali e Kadhafi.

Corroborando com o exposto, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano Árabe de 2009, estudo realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) (2009, apud ASSMANN, 2014), chegou à conclusão de que os estados árabes eram considerados uma ameaça à segurança de suas populações, e não uma garantia dela. Dessa forma, os descontentamentos existentes na região tomavam um vulto cada vez maior, fornecendo alicerce para as manifestações que se seguiriam.

Villaverde (2022, p. 289), em contrapartida, defendeu uma perspectiva que implica maior responsabilidade aos países externos à África nos problemas ocorridos. O autor inferiu que a intervenção de fora, primeiramente com potências europeias, seguida das intervenções norte-americanas, possuíram grande responsabilidade sobre a fraqueza da democracia no Norte da África. A partir da colonização europeia, iniciada com a França dominando a Argélia em 1830, foram sendo criados países artificiais que visavam manter os interesses geoeconômicos, com destaque para a segurança energética, e geopolíticos ocidentais. Esses interesses eram protegidos pelo apoio a governantes locais que priorizavam mais sua manutenção de poder que o atendimento às necessidades de suas populações.

Ainda nesse diapasão, o autor pontua que a roçada do poder para a esfera de interesses dos Estados Unidos da América, durante o período da Guerra Fria,

manteve o caminho de sustentação de governos autocráticos que apoiavam os interesses ocidentais. A situação em questão se mostrava incoerente, uma vez que os norte-americanos diziam ser defensores da liberdade. Assim, o somatório do apoio externo e da existência de governos ditatoriais internamente causou descontentamentos que culminaram com os levantes iniciados a partir do fim de 2010 na Tunísia (VILLAVERDE, 2022).

Outrossim, as causas econômicas detiveram grande relevância no processo de reivindicações que ocorreu.

E isso é especialmente verdadeiro no que se refere à alta global do preço dos alimentos e da energia que se verificou na segunda metade do ano passado, que se assemelhou à situação de 2008. O efeito imediato foi uma impressionante escalada nos preços dos alimentos e da energia na região, com um impacto directo nas populações que já viviam perto do limiar de pobreza, o que acontece com frequência no Norte de África (JOFFÉ, 2011, p.87).

A partir do exposto, atribuiu-se o nome de Primavera Árabe ao fenômeno ocorrido no Norte da África e no Oriente Médio (OM) de protestos, revoltas populares e revoluções, a partir de dezembro do ano de 2010. Tais situações foram, então, ocasionadas por uma complexidade de motivos, com destaque para a ocorrência de uma profunda crise econômica, violações dos Direitos Humanos e a falta de liberdades democráticas na região (SANTOS, 2012).

O estopim inicial para os levantes se deu com o suicídio de um vendedor de frutas, Mohamed Bouazizi, que se auto-imolou em 17 de dezembro de 2010, na Tunísia, como forma de protesto às péssimas condições de vida e falta de perspectiva em que vivia devido aos excessos governamentais. As revoltas ocorridas nos países do Norte da África e no Oriente Médio (MENA), influenciaram diretamente no aumento da migração dos países africanos para a Europa, ocasionando respostas da UE, buscando o controle dessa situação (LANTOINE, 2013).

Joffé (2011) abordou que o fenômeno da Primavera Árabe trouxe diversas implicações para o continente africano. As turbulências existentes afetaram diretamente o aumento das emigrações das regiões envolvidas. Nesse sentido, a Europa foi diretamente impactada pelo movimento populacional ocasionado como consequência da Primavera Árabe, na medida em que se tornou polo de atração para

grande parte dos refugiados que passaram a se descolar buscando melhores condições de vida, ou mesmo, apenas fugir de perseguições sofridas nesse contexto.

A situação abordada influenciou a União Europeia que, visando manter sua estabilidade interna, buscou frear, ou controlar, de forma mais efetiva as imigrações que passaram a ocorrer devido ao ambiente criado (LANTOINE, 2013). Dessa maneira, chegou-se ao seguinte problema a ser explicitado por esta pesquisa: quais foram as implicações no controle de imigrações da União Europeia frente ao aumento das migrações africanas para a Europa após a Primavera Árabe?

O estudo das implicações pesquisadas se tornou, então, o objetivo geral deste trabalho. Os resultados que se pretendeu alcançar com este trabalho foram embasados pela verificação das peculiaridades dos movimentos migratórios no sentido África-Europa, com foco no contexto da Primavera Árabe e suas consequências. O estudo teve como finalidade elucidar as ações realizadas pela União Europeia, visando a contenção e o acompanhamento desses movimentos.

Outrossim, com o intuito de permitir uma abordagem exequível, com profundidade adequada e coerente com a proposta deste trabalho acadêmico, foram levados em conta os principais países com populações que buscaram realizar essa emigração, além de ter se procurado evidenciar as rotas utilizadas nessas movimentações.

Ainda nesse escopo, foram abordadas as formas utilizadas pelos migrantes para adentrarem na Europa, apresentando as dificuldades encontradas e as repercussões internacionais desses movimentos sobre a opinião pública em geral, com destaque para os veículos de mídia mais relevantes.

Deste modo, a linha de pesquisa procurou levantar dados entre os anos de 2010 e 2019, corte temporal que marca o início da Primavera Árabe e vai até o início da pandemia de COVID-19, momento no qual as restrições de entrada nos diversos países do globo tomaram características específicas, distintas das causas aqui estudadas. Além disso, o foco do trabalho foi colocado sobre os países africanos que possuíram os maiores impactos decorrentes da Primavera Árabe, a saber, Tunísia, Líbia e Egito.

Ademais, o Brasil, com o mesmo objetivo de aumentar o controle migratório sobre os venezuelanos que saíam de seu país devido aos problemas econômicos e políticos, implementou a Operação Acolhida. A referida operação foi calcada em realizar o apoio humanitário aos que buscavam sair de seu país.

Levando-se em consideração o anteriormente apresentado, o trabalho em pauta almejou encontrar oportunidades de melhorias e melhores práticas utilizadas pela UE no controle das migrações ocasionadas pela Primavera Árabe, com vistas a fortalecer o conhecimento do Exército Brasileiro (EB) e, por conseguinte, do Brasil sobre o controle de refugiados, favorecendo ações futuras que se mostrem necessárias e buscando retirar ensinamentos para a condução da Operação Acolhida pelo Estado Brasileiro frente ao fluxo migratório gerado pela crise político-econômica em vigor na Venezuela.

Com a finalidade de permitir a conquista do objetivo deste trabalho num desenvolvimento lógico, coerente e progressivo, foram levantados como objetivos específicos a descrição da Primavera Árabe no Norte da África, a identificação dos movimentos migratórios africanos para a Europa decorrentes da Primavera Árabe e a identificação das implicações nas ações de segurança de fronteiras da União Europeia frente à migração africana.

O referido estudo visou contribuir para o desenvolvimento de conhecimento do EB referente às ações de controle de refugiados e imigrantes, que englobam atividades como as executadas na Operação Acolhida, com o objetivo de se obter maior eficiência. Dessa forma, procurou-se fornecer memória para as possíveis futuras ações nesse sentido.

2 METODOLOGIA

Nesta seção, é apresentada a metodologia que foi utilizada para desenvolver o trabalho, evidenciando-se os seguintes tópicos: tipo de pesquisa, coleta de dados, tratamento de dados e limitações do método.

2.1 TIPO DE PESQUISA

Após o estudo inicial e considerando os pressupostos existentes para o desenvolvimento deste trabalho, a abordagem foi do tipo qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica. A pesquisa é qualitativa, visto que requer procura de fontes de informações mais profundas, cuja seleção contempla a subjetividade, mas que permitiram entender o fenômeno da Primavera Árabe e suas implicações; descritiva, porque evidenciou características do tema em discussão, procurando definir suas naturezas e estabelecer correlações entre elas.

Ainda, a pesquisa descritiva é base para a pesquisa explicativa, que busca facilitar o entendimento do assunto; bibliográfica uma vez que se fundamentou na investigação de trabalhos acadêmicos, jornais, revistas, livros, artigos e redes eletrônicas de acesso livre ao público em geral.

2.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa realizou o levantamento de dados por intermédio de pesquisa bibliográfica de literatura (jornais, revistas, livros, trabalhos acadêmicos e redes eletrônicas) de fontes confiáveis. Com esse intuito, foi feita a seleção da documentação a ser utilizada para atingir os objetivos do trabalho. As conclusões encontradas por esta pesquisa possibilitaram a reunião de uma gama de informações que poderão ser empregadas como uma referência para a atividade de controle de refugiados do Exército Brasileiro.

2.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Por ser uma pesquisa qualitativa, em que fica evidenciada a subjetividade na busca de fontes de informação, desde as superficiais às mais profundas, o tratamento

das informações foi realizado de forma não estatística. Devido ao exposto, foram empregadas técnicas de análise de conteúdo e da histografia. A análise de conteúdo facilita a obtenção de significados dos conhecimentos levantados e a histografia facilita o resgate de informações sobre o ocorrido e sobre as atividades humanas, as quais permitiram compreender e desenvolver o assunto em questão.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

O método utilizado possui limitações, visto que, em se tratando de uma pesquisa bibliográfica, é limitado à bibliografia consultada pelo autor, dentro da qual se busca a maior variabilidade possível. Percebe-se como de extrema importância a criteriosa seleção de fontes utilizadas no trabalho, com a finalidade de se atingir uma sólida fundamentação do tema em tela. Desse modo, a metodologia procurou evidenciar de forma objetiva e clara os seus tipos, tratamento de dados e limitações dos métodos abordados. Assim, entende-se que a metodologia selecionada foi a mais adequada para se alcançar com sucesso o objetivo final desta pesquisa.

3 A PRIMAVERA ÁRABE

A Primavera Árabe originou-se a partir de períodos de instabilidade em diversos países adjacentes ao Mar Mediterrâneo, que levaram a protestos da população desses países contra seus governos e ocasionaram a queda de alguns regimes, como na Tunísia e no Egito. Os órgãos de mídia demonstraram apoio a esses movimentos, assim como a opinião pública, ocasionando pressões por apoio do ocidente às frágeis populações daquelas regiões (MARCELINO, 2012).

Cabe ressaltar que a União Europeia (UE) demonstrou hesitação inicial em apoiar um dos lados durante as manifestações. Após esse primeiro momento, a UE passou a defender a ocorrência de eleições livres e ordeiras naqueles países, exceto na Líbia, onde o apoio aos movimentos revoltosos foi direto, visto que a situação havia ficado rapidamente fora do controle das autoridades líbias (LANTOINE, 2013, p. 55).

A Primavera Árabe ocorreu com especificidades nos diversos países afetados. Júnior (2012) aborda que um breve apanhado histórico pode explicitar que seria ingenuidade se acreditar que as revoltas ocorreriam de forma homogênea, visto os diferentes históricos das nações envolvidas.

Joffé (2011) aborda que as situações e consequências ocorridas no Egito, na Tunísia e na Líbia foram bem diferentes das que foram encontradas no Marrocos e na Argélia, sendo os primeiros mais afetados pelos acontecimentos. O autor ressalta ainda que houve, também, diferenças entre as atitudes tomadas pelos governos egípcio e tunisiano diante da contestação política, frente ao governo líbio, o que ocasionou uma guerra civil neste último.

Mais do que um confronto ao autoritarismo dos regimes políticos em vigor, estas revoltas podem ser tidas como desafio à atual estrutura do capitalismo global. O seu balanço final, que confirmou a importância e peso do protesto popular, está longe de estar fechado. Em fevereiro de 2012, três regimes tinham caído – Tunísia, Egito, Líbia – e vários líderes haviam reformulado constituições ou anunciado a sua não recandidatura atendendo às reivindicações populares (SANTOS, 2012, p. 168).

Com vistas a melhor elucidar o acima exposto, serão apresentadas as situações específicas dos movimentos contestatórios que tomaram parte na Tunísia, na Líbia e no Egito, além de uma breve exposição do ocorrido na Argélia e no Marrocos.

3.1 A PRIMAVERA ÁRABE NA TUNÍSIA

A Tunísia foi o país onde a Primavera Árabe teve seu estopim. Júnior (2012), defende que o que foi visto inicialmente como algo pontual passou a se alastrar pelos países vizinhos, enquanto o mundo assistia à queda do ditador tunisiano Ben Ali após 23 anos de autoritarismo, acarretando um processo de transição democrática naquele país. Essa situação ocorreu devido a uma série de fatores que já vinham tomando parte a bastante tempo e que favoreceram para que o governo não mais se sustentasse, como veremos a seguir.

Ao se retornar à origem da situação tunisiana, pode-se encontrar raízes para os problemas desde o início da colonização francesa sobre a região, sob forma de protetorado, definida pelo Congresso de Berlim (1878) e implementada por intermédio do Tratado de Bardo (1881). A atividade de inteligência foi introduzida e desenvolvida pelo colonizador, visando fazer frente à violência que existia contra a opressão da dominação francesa, com destaque para a região Sul do país africano. Além disso, buscava desarticular movimentos nacionalistas que emergiam no seio da sociedade, como o dos Jovens Tunisinos no início do século XX, grupo político que defendia que a tradição da política interna francesa de liberdade e justiça fosse aplicada também em sua colônia (CHAISE, 2017; JUNIOR, 2012).

A participação da Tunísia na II Guerra Mundial ao lado dos aliados, somada à Guerra que a França empreendia na Argélia contra a independência daquele país, favoreceu para que os franceses reconhecessem a autonomia interna da nação em 1954, e sua independência em 1956. A partir do exposto, o governo empossado em 1959, de Habib Bourguiba, apoiado pelos franceses, absorveu todo o aparato de segurança e inteligência do antigo colonizador, garantindo a repressão aos movimentos políticos dissidentes e às demandas sociais autônomas. O governante colocou sob seu domínio as mais diversas organizações socioeconômicas e políticas do país, criando uma falsa impressão de democracia, causando grandes descontentamentos que culminaram com sua queda por meio de um golpe militar liderado pelo seu então Primeiro-Ministro Zine el-Abidine Ben Ali em 1987 (CHAISE, 2017; JUNIOR, 2012).

A despeito do movimento golpista ter como princípio inicial o aumento das liberdades no país, Chaise (2017) ressalta que Ben Ali seguiu a mesma linha ditatorial de seu predecessor, utilizando os meios de inteligência nacionais para reprimir os

opositores que surgiam. Cabe destacar que ele havia sido um dos responsáveis pela criação da Direção de Segurança Militar, além de a ter dirigido entre 1964 e 1974. A agência cuidava da inteligência externa do país, tendo Ben Ali, dessa forma, larga experiência no emprego dessa capacidade, o que utilizou no fortalecimento da polícia política durante seu governo, aumentando os descontentamentos internos.

A autoimolação realizada pelo jovem Mohammed Bouazizi em 17 de dezembro de 2010, após o confisco feito por policiais de seu veículo em que vendia vegetais em Sidi Bouzid, fez parte de um clima de revolta que imperava na Tunísia. O ato tornou-se emblemático para a ascensão da Revolução de Jasmin, como ficou conhecida a revolta ocorrida naquele país. O fato em questão serviu de estopim para o início da Primavera Árabe (ASSMANN, 2017).

Nesse sentido, Chaise (2017, p.87) advoga que tal Revolução “não foi espontânea, sendo – em realidade – tributária dos movimentos que a precederam. A própria cidade de Sidi Bouzid havia sido palco, poucos meses antes, de manifestações de agricultores contra políticas oficiais de expropriação de terras”.

As redes sociais possuíram papel preponderante na difusão das manifestações da Revolução de Jasmin. Luz (2015, p.41) aborda que essas redes “foram fundamentais para que o movimento se espalhasse e criasse um sentimento de revolta e ânsia por mudanças”. A autora ainda ressalta que tanto os Estados Unidos quanto a União Europeia forneceram apoio financeiro para a transição para um governo democrático, tendo os últimos também apoiados na realização das eleições (LUZ, 2015).

O uso das redes sociais foi [...] o principal meio de comunicação entre a sociedade civil, e dentre estes meios, o Facebook foi o mais utilizado, tornando-se a rede social mais importante na revolta árabe. [...] Analisando esse efeito na região não se pode ignorar o início da revolta na Tunísia, assim contagiando uma série de eventos. Esse efeito causado pelo movimento, que surgiu em dezembro de 2010, deve-se as condições conjunturais, o clima político na região, os incentivos externos, como se pode notar os países ocidentais dando incentivos para a difusão da democracia, o clima político regional e o impacto dos países vizinhos (BARTKOWIAK, 2017, p. 74).

A Tunísia sempre se mostrou um importante aliado dos países ocidentais no combate ao fundamentalismo islâmico, o que lhe permitia certa liberdade de ação frente às críticas, não tão contundentes, dessas nações com relação à falta de respeito aos direitos humanos e à democracia no país. Apesar disso, a escalada da repressão ocorrida após as manifestações fez com que esse apoio externo ruísse, tendo seu

clímax com a renúncia e fuga de Ben Ali para a Arábia Saudita, em meados de janeiro de 2011 (JUNIOR, 2012).

A democracia em desenvolvimento na Tunísia a partir do término da Revolução de Jasmin é tida por diversos autores (ASSMANN, 2017; BARTKOWIAK, 2017; LUZ, 2015; FERNANDES, 2020) como exemplo para os países de seu entorno, por ter obtido diversos êxitos no aumento das liberdades individuais de suas populações, culminando com a entrada em vigor da nova Constituição em 2014. Apesar disso, os diversos ataques terroristas de cunho jihadista no país fizeram com que fosse proclamado um Estado de Emergência em julho de 2015, com sucessivas prorrogações até 2017, diminuindo os efeitos das medidas liberalizantes que passaram a ser implementadas após o fim da Revolução de Jasmin (CHAISE, 2017).

3.2 A PRIMAVERA ÁRABE NO EGITO

O Egito possui um papel central no mundo árabe-muçulmano. A ocupação napoleônica do país em 1798 iniciou um processo de modernização em diversos ramos, com reflexos até os dias atuais. Os interesses britânicos ocasionaram uma aproximação com aquele país africano no início do século XIX, em detrimento dos franceses e da influência do Império Otomano. Essa aproximação, a despeito de ter fornecido empréstimos para o desenvolvimento egípcio, possibilitou um aumento da influência estrangeira no país devido aos débitos econômicos criados, os quais não eram pagos por falta de condições financeiras, o que causava descontentamentos na população do Egito. Dessa forma, os ingleses criaram um terreno fértil para a ocupação daquela nação em julho de 1882, a qual duraria 70 anos e transformaria a região em um protetorado britânico, inicialmente sob o pretexto de proteger os cidadãos europeus que ali residiam (CHAISE, 2017).

A ascensão de Gamal Abdul Nasser em 1952 encerrou o período de domínio direto inglês. Essa mudança política no país foi ocasionada por um golpe militar que era fortalecido por um passado histórico de resistência nacional ao domínio britânico. O período de governo de Nasser foi caracterizado por um forte nacionalismo e panarabismo secular, que teve como pontos mais relevantes a nacionalização do Canal de Suez e a criação da República Árabe Unida (RAU), que reunia também a Síria, esta última tendo perdurado apenas três anos. Além disso, ocorria uma forte

privação de direitos e repressão política, que buscavam reprimir as manifestações contrárias às ações do governo (JUNIOR, 2012).

Após a morte de Nasser, em 1970, seu sucessor, Anwar Al-Sadat realizou uma maior aproximação com o Ocidente, a exemplo do Acordo de Paz com Israel em 1979, o que causou grande rejeição a sua liderança por parte da comunidade árabe que via tais atitudes como uma forma de traição. Movimentos contrários, como o da Irmandade Muçulmana, vieram à tona e ocasionaram a manutenção da repressão às oposições, por parte do governo. A situação causou diversos descontentamentos, culminando com o assassinato de Sadat por um fundamentalista islâmico em 1981 (LUZ, 2015; JUNIOR, 2012).

A presidência do Egito foi assumida por Hosni Mubarak, o qual manteve a aproximação com o ocidente, favorecendo interesses capitalistas externos. Diante desse quadro, a situação econômica do país se deteriorou, tendo como reflexo uma grave recessão que durou por diversos anos. O forte caráter militar de Mubarak, marechal da Força Aérea e herói de guerra nacional, o levou a implementar um regime com foco na segurança. Logo após assumir o poder, ele declarou Estado de Emergência, primeiramente com o intuito de combater o grupo *al-Jihad*, responsável pelo assassinato do antigo presidente, e, posteriormente, com vistas a fazer face à violência que se alastrava na década de 1990 (CHAISE, 2017; LUZ, 2015).

[...] Assim como os governos de Nasser e Sadat, o de Mubarak foi marcado pelo autoritarismo, garantido por um exército forte e um parlamento fraco. Embora tenha permitido dissidências políticas inofensivas e regrada liberdade de mídia, o novo presidente seguiu dando continuidade a um regime que pouco tinha mudado desde o golpe dos oficiais livres em 1952 (JUNIOR, 2012, p. 26).

Diante desse quadro, somado ao fato de que o provável sucessor de Mubarak em 2010 era seu filho, Gamal, considerado pior que o pai, as manifestações pela mudança de regime tomaram vulto, seguindo o que ocorria na Tunísia. A Revolução de Lótus, como ficaram conhecidas as manifestações da Primavera Árabe no Egito, decorreram desse clima de insatisfação, ao qual se somavam os efeitos deletérios da crise econômica mundial de 2008 sobre aquela nação, que ocasionavam altas taxas de desemprego e desigualdades econômicas (CHAISE, 2017).

A repressão policial existente foi utilizada para inflamar as massas por meio das redes sociais. O assassinato de Khaled Said por policiais, em meados de 2010, foi

usada por Wael Ghonim, diretor executivo do Google, para criar um grupo na rede social *Facebook* intitulado como “Somos todos Khaled Said”. Em 25 de janeiro de 2011, o grupo decidiu realizar um protesto contra a repressão na praça Tahrir, no Cairo. A manifestação tomou proporções inimagináveis, chegando a aproximados 20 mil participantes que permaneceram no local por semanas, com o intuito de forçar a renúncia de Mubarak. Apesar da forte repressão policial, o movimento se manteve forte, recebendo inclusive apoio da comunidade internacional. Cabe ressaltar que o Exército deixou de apoiar o Governo na repressão contra os manifestantes, acreditando que o regime até então existente havia perdido o controle do País (BARTKOWIAK, 2017; LUZ, 2015).

Mubarak renunciou em 11 de fevereiro de 2011, após quase trinta anos no poder, sendo substituído pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (CSFA). Hosni Mubarak foi condenado a prisão perpétua devido às mortes ocorridas durante as manifestações, além de a Constituição ter sido suspensa e o parlamento dissolvido (FERNANDES, 2020; LUZ, 2015).

Após um período turbulento, foram realizadas eleições em junho de 2012, na qual Mohammed Morsi, da Irmandade Muçulmana, saiu vitorioso. Um de seus primeiros atos foi cancelar os decretos do CSFA que limitavam os poderes presidenciais. As ações de Morsi causavam descontentamentos em grande parcela da população que, com receio de que uma outra ditadura fosse implantada, realizou uma nova onda de protestos pelo fim do governo recém-eleito. No início de 2013, ocorreram novas manifestações na praça Tahrir, as quais não foram reprimidas pelas forças de segurança. Em 3 de julho daquele ano, Morsi foi deposto, seguindo-se a esse fato forte repressão à Irmandade Muçulmana. A Anistia Internacional considerou que os anos de 2013 e 2014 no Egito foram de uma violência sem precedentes por parte do Estado contra opositores e manifestantes universitários (CHAISE, 2017).

Carvalho (2014, p. 63) infere que o Egito vivenciou, “desde a deposição do antigo governo autoritário em 2011 por sete eleições e referendos, mas só foram ter eleições, bem-sucedidas, três anos depois”. O parlamento de 2011, que pendia para o lado dos fundamentalistas islâmicos, foi destituído sob a alegação de fraude eleitoral em 2012. Após isso, o presidente Morsi foi destituído por um golpe militar, assumindo o cargo Adly Mansour, que foi substituído após a vitória do General Sisi nas eleições de 2014 (CARVALHO, 2014).

Diante do exposto, verifica-se que a revolução ocorrida no Egito não teve sucesso em seu intento de democratização do país, conforme abordado por Chaise:

A Revolução de Lótus, a variação egípcia das manifestações populares iniciadas no final do ano de 2010 na Tunísia, foi representativa do esgotamento de um modelo de organização do Estado egípcio, embora não tenha tido como resultado, paradoxalmente, a superação de sua lógica: preservam-se – hoje – não apenas o caráter não-democrático do regime, como seus principais sustentáculos (CHAISE, 2017, p. 43).

3.3 A PRIMAVERA ÁRABE NA LÍBIA

A Líbia vivenciou a colonização italiana entre 1911 e 1942. Sua independência possibilitou a existência de um embrião de Estado moderno, em que suas instituições educacionais e econômicas começavam a tomar forma. Essa situação foi interrompida pelo golpe que Muammar Kadhafi realizou em 1969, transformando o Estado em um instrumento de patronagem e implementação do medo. O regime imposto foi conduzido por militares de classe média baixa, das três regiões líbias, com apoio de populações rurais. Ele não possuía uma agenda política bem delineada, apoiando-se na abundância de recursos externos devido à venda do petróleo presente, o que fornecia riqueza e segurança ao governo, sem necessidade de representação popular. Diante desse quadro, Kadafi não buscou estabelecer instituições de Estado forte, as quais poderiam se contrapor a seus interesses, mantendo um regime rigoroso e informal, que o permitia se manter no poder sem mandato definido (MORAES, 2016).

A situação apresentada causava descontentamentos na população, principalmente no que tange à distribuição dos recursos advindos da venda do petróleo, os quais não chegavam para a população em forma de melhoria nas suas condições de vida. Com efeito, os maiores problemas do país não estavam diretamente relacionados à falta de recursos, visto o país gozar de boas classificações de crédito internacionais e não possuir dívida externa de longo prazo, mas da má administração da renda obtida com a venda do hidrocarboneto. As demandas por melhores condições estavam prestes a ganhar vulto a partir de ondas democratizantes que chegavam ao Norte da África (MORAES, 2016).

As manifestações na Líbia foram uma sequência do que já havia sido iniciado na Tunísia. Luz (2015, p. 50) pontua que os protestos no País tiveram início em fevereiro de 2011, “um mês depois do Egito e dois meses depois da Tunísia. A proximidade não

é somente temporal, mas geográfica também: Egito e Tunísia são dois de seus vizinhos limítrofes”, o que favoreceu a difusão da busca por democracia.

Nesse sentido, já havia no País pré-requisitos para a ascensão de um processo de democratização, visto que possuía riquezas naturais, caracterizadas por grandes reservas de petróleo descobertas em 1959, que favoreciam uma possível melhoria de suas condições econômicas. Apesar dessas possibilidades, as riquezas obtidas com o petróleo eram direcionadas aos governantes, não ocasionando melhoria nas condições de vida da população da Líbia (LUZ, 2015).

A revolta na Líbia buscava acabar com a repressão política implementada por seu governante, Muammar Kadhafi, fazendo com que fosse possível maior participação popular nas decisões da nação. Assim, as mídias sociais tiveram importante papel na difusão das aspirações da população e no fortalecimento e união dos opositores, pois criaram redes políticas que conseguiam se articular de forma mais eficiente, chegando a ser criado o Conselho Nacional de Transição (CNT), que possibilitava a realização de uma luta mais estruturada contra o governo instalado. Apesar disso, seus impactos foram limitados no país devido ao mesmo não ser uma autocracia liberal, e sim possuir um regime fechado que conseguiu dificultar formas de comunicação interna e externa. Ademais, o sistema político *Jamahiriya* centralizava o regime e excluía a sociedade do governo, fortalecendo o Estado (BARTKOWIAK, 2017; LUZ, 2015).

A oposição ao governo líbio recebeu mais ajuda externa, por parte de países ocidentais, que as demais manifestações durante a Primavera Árabe. A grande repressão aos manifestantes, apoiadas pelas Forças Armadas, diferentemente do que ocorreu com a Turquia e com o Egito, causou grave comoção da comunidade internacional. Com vistas a fazer face ao massacre que ocorria, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) aprovou em março de 2011 uma resolução que autorizava a implementação de uma intervenção militar externa na Líbia, levada a cabo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (BARTKOWIAK, 2017; LUZ, 2015).

Cabe ressaltar que o Brasil repudiou os atos de violência que ali ocorriam, mas se absteve na votação sobre a intervenção externa. Já a Liga Árabe, por meio de seu líder Amr Moussa, mostrou-se relutante inicialmente com relação à intervenção, porém a apoiou após constatar a situação caótica que ali existia. Ainda nesse sentido, a União Europeia e os Estados Unidos da América enviaram mais de 150 milhões de

euros e 240 milhões de dólares, respectivamente, para fornecer apoio, principalmente, de caráter humanitário. Assim, a principal responsável pela retirada de Kadafi do poder, após 42 anos, foi a força estrangeira (BARTKOWIAK, 2017; LUZ, 2015).

Diversos interesses levaram à intervenção europeia e norte-americana na Líbia, destacando-se a necessidade de estabilidade política no País para que se mantivesse a produção de petróleo comprada por essas regiões; a postura contraterrorista existente, pois, com a derrocada de um importante Estado, poderia ser criada uma desestabilização regional que seria aproveitada por organizações jihadistas; e, a localização do território do País que permite fácil projeção para o Egito, o Mar Mediterrâneo e o restante da África (MORAES, 2016).

A queda de Kadafi não teve como consequência direta o aumento da democracia na nação líbia. Ao contrário disso, Eça (apud BARTKOWIAK, 2017, p, 90) defende que “o caos se instaurou no País, milícias armadas pelo Ocidente dominam regiões inteiras, prendem e matam rivais e rejeitam o governo central”. Essa situação gerou disputas pelo poder de forma constante desde a queda, e posterior assassinato, do ditador líbio, não tendo o Governo do Acordo Nacional, atual grupo no poder, força para levar a cabo a tão almejada transição para a democracia, razão dita como principal para a atuação das forças ocidentais no País.

3.4 A PRIMAVERA ÁRABE NA ARGÉLIA

O fenômeno da Primavera Árabe tomou contornos diferentes na Argélia e no Marrocos. Seguindo a corrente contestatória em relação às más condições de vida, à corrupção e à falta de democracia nessas nações, suas populações saíram às ruas para protestar contra o *status quo* que se impunha. Apesar de terem especificidades, os resultados das manifestações obtiveram consequências análogas nesses países (AGHROUT, 2012; CHAISE, 2017; GENYI, 2021).

A Argélia era considerada a “Joia da República” francesa durante o século XX, tendo sido tornada colônia desde 1830. A Constituição de 1848 proclamou o País como parte integrante da França, aumentando a dominação metropolitana. Após a II Guerra Mundial a contestação do domínio francês se acirrou, tendo uma sangrenta guerra, entre 1954 e 1962, levado à independência do país africano. Apesar de independente, a história argelina foi marcada por governos ditatoriais que sofreram grande instabilidade política através do tempo. Além disso, mantiveram sua economia

baseada no comércio de petróleo e gás, não buscando um desenvolvimento integral da Nação (CHAISE, 2017).

O País vivia um Estado de Emergência desde 1991, após um golpe militar que visava conter ataques de grupos islâmicos. Quando as manifestações da Primavera Árabe tiveram início no País, o então presidente, Abdelaziz Bouteflika, buscou criar emendas constitucionais que fortalecessem a democracia, com o intuito de não ser destituído do poder. Ele aboliu o Estado de Emergência e criou diversas medidas para agradar a população, como programas para a diversificação da economia e a liberação para o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Dessa maneira, esse governante conseguiu se manter no poder nos anos seguintes, arrefecendo, apesar de não cessando totalmente, os movimentos de oposição a seu governo (AGHROUT, 2012; CHAISE, 2017; GENYI, 2021).

3.5 A PRIMAVERA ÁRABE NO MARROCOS

O Marrocos foi colonizado pela França na primeira metade do século XX, mas em sua extensa história, conseguiu manter grande autonomia durante a maior parte do tempo (WEBER, 2014). O País é governado pela monarquia alaouita há mais de 300 anos, o que lhe proporciona grande força dentro de sua sociedade, como expresso por Weber (2014, p. 218) *“en Marruecos la dinastía alauí ha sido el pilar que ha evitado el derrumbamiento del poder. Ha demostrado ser una monarquía bien consolidada”*.

O Rei Mohamed VI realizou reformas constitucionais, absorvendo parte das demandas de seus opositores. Além disso, ele buscou mostrar-se como o “rei dos pobres” e como uma autoridade que levaria à cabo uma verdadeira modernização e democratização, rompendo com o legado de seus antecessores Mohamed V e Hassan II. Soma-se a isso o caráter divino que a monarquia possui naquele país que é, quase em sua totalidade, de religião muçulmana. Dessa forma, o líder marroquino conseguiu manter grande parte de seus poderes, realizando concessões que permitiram com que a Primavera Árabe passasse por sua nação sem desabrochar completamente a democracia pretendida (WEBER, 2014).

4 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS AFRICANOS PARA A EUROPA DECORRENTES DA PRIMAVERA ÁRABE

Os movimentos migratórios para os países europeus possuem diversas origens e objetivos. O Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD, 2022), serviço público do governo português que visa transmitir aos cidadãos informações sobre a União Europeia, define sete rotas principais que englobam esses movimentos de migração, as quais serão expostas a seguir. A Rota do Mediterrâneo Central tem como ponto de partida o Norte da África, com destaque para a Líbia, com o objetivo de adentrarem o território europeu principalmente por Malta, país da UE, e pelas regiões italianas de Lampedusa, Calábria e Sicília. A Rota do Mediterrâneo Oriental compreende os deslocamentos vindos do Oriente Médio, por meio da Turquia, tendo como destinos a Grécia, a Turquia e a Bulgária. A rota possuiu grande afluxo de imigrantes sírios em 2015, devido à guerra civil naquele país, fluxo que vem diminuindo devido a um acordo entre a UE e os turcos, em março de 2016.

Ademais, a Rota do Mediterrâneo Ocidental: é utilizada para que imigrantes do Norte da África cheguem aos países da Península Ibérica, o que inclui os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla. É facilitada por possuir acesso ainda em território africano, no caso os enclaves citados. Já a Rota da África Ocidental visa o atingimento das Ilhas Canárias, território insular espanhol. A rota tem como principais pontos de partida o Marrocos, o Saara Ocidental, a Mauritânia, a Gâmbia e o Senegal, cruzando parte do Oceano Atlântico para se chegar a seu objetivo. A Rota das Fronteiras da Europa de Leste compreende os movimentos de entrada na UE a partir dos países do Leste Europeu, tais como Bielorrússia, Moldávia, Ucrânia e Rússia, por seus seis mil quilômetros de extensão de fronteiras (CIEJD, 2022).

Outrossim, a rota circular da Albânia para a Grécia teve seu auge após o término da Iugoslávia, nos anos 90, decaindo significativamente a partir de 2010. Por fim, a rota dos Balcãs Ocidentais, considerada uma das principais rotas para a Europa, reflete o fluxo da Rota do Mediterrâneo Oriental. Ela diminuiu gradativamente entre 2015 e 2019, vindo a subir seu volume de uso desde então (CIEJD, 2022).

As rotas em pauta são definidas pela FRONTEX (2022), agência da União Europeia responsável pela gestão de suas fronteiras e de sua Guarda Costeira. Com vistas a delimitar o estudo ao que melhor se adequa aos movimentos advindos do

Norte da África, serão abordadas as rotas mais relacionadas a este trabalho, no caso a do Mediterrâneo Central, a do Mediterrâneo Ocidental e a da África Ocidental.

4.1 MEDITERRÂNEO CENTRAL

A Primavera Árabe aumentou os riscos de instabilidade nos países africanos do Mediterrâneo, “daí que o êxodo provocado pela “Primavera Árabe” criou vagas de imigrantes ilegais em direção à Europa em busca de segurança” (MARCELINO, 2012, p. 63). O aumento das frágeis embarcações que rumavam em direção às ilhas europeias próximas do Norte da África através desse mar era o maior já visto, tendo essa movimentação de pessoas suplantado, no início da crise, até mesmo a região mais problemática com relação a fluxos migratórios em direção à Europa no ano de 2010, caracterizada pela fronteira entre Grécia e Turquia. Nesse sentido, o Mediterrâneo Central foi a rota de imigração ilegal mais buscada, tendo, como exemplo, a ilha italiana de Lampedusa localizada a apenas 150 km do Norte da África. Dessa forma, ocorreu uma migração de milhares de pessoas com péssimas condições de saúde, as quais abordavam diversos pontos fronteiriços europeus, ocasionando uma crise humanitária que obrigou à uma intervenção das autoridades da região (MARCELINO, 2012).

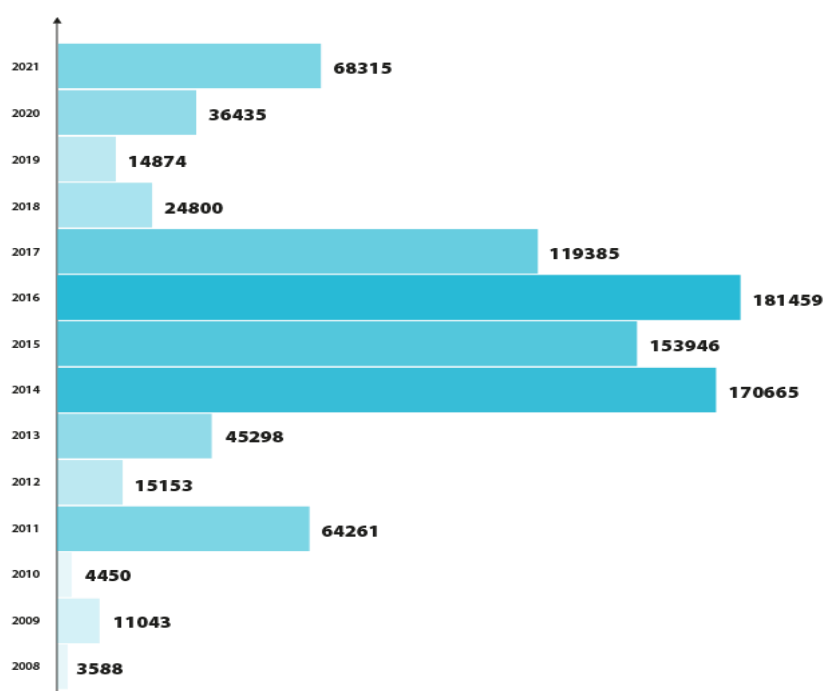
Rodrigues (2018), aborda que os imigrantes que priorizam o Mar Mediterrâneo para realizarem suas travessias para a Europa tinham como principal ponto de partida a Líbia, sendo as ilhas de Lampedusa e Malta seus principais destinos. A autora defende que 90% dos imigrantes que chegaram a Europa, entre 2011 e 2018, utilizaram o percurso a partir desse país. As rotas em questão foram definidas como as mais mortais para imigrantes irregulares em 2016, tendo um número estimado de 4500 mortos ou desaparecidos entre os imigrantes ilegais. A autora ainda pontua que aproximadamente 630 mil pessoas utilizaram a rota do Mediterrâneo Central para chegarem à Itália entre 2011 e 2016, sendo que em 2016 mais de 180 mil pessoas foram verificadas realizando esse itinerário.

A Líbia é palco principal da imigração norte-africana para a Europa por diversos fatores. O País foi o terceiro colocado mundial, em 2018, no que se refere à quantidade de imigrantes devido à violência ou conflitos, levando-se em conta a proporção relativa à sua população (2.500 deslocados a cada 100 mil habitantes),

ficando atrás apenas de El-Salvador, 3.600/100 mil, e da Síria, 4.400/100 mil. Pode-se destacar que a população da Líbia possui em sua composição 12% de imigrantes, sendo o País que possui a maior quantidade de migrantes internacionais na região, com mais de 770 mil em 2015. A situação em pauta é facilitada pela grande instabilidade política existente, fruto da volatilidade política ocasionada a partir da Primavera Árabe, o que acarretou a falta de soberania do governo sobre seu território (RODRIGUES, 2018).

Dados da FRONTEX (2022) corroboram as informações dos autores citados, na medida em que demonstram a evolução da quantidade de pessoas que realizavam travessias irregulares das fronteiras da EU após a Primavera Árabe, movimento que teve seu ápice em 2016 e seu mínimo em 2019. A agência europeia também ressalta que a disputa pelo controle do país por vários grupos favoreceu o estabelecimento de redes de contrabando, os quais eram responsáveis pelos deslocamentos em questão.

Figura 1 - Travessias ilegais de fronteira na rota do Mediterrâneo Central.



Fonte: FRONTEX (2022).

O uso da porção central do Mar Mediterrâneo para o ingresso na UE proporciona diversos perigos. Balla (2020) infere que esse fluxo de refugiados por via marítima era feito por embarcações precárias e sob condições sub-humanas, ocasionando

tragédias que levaram à morte de mais de 20 mil pessoas nas duas últimas décadas. Ademais, o autor ainda aborda que:

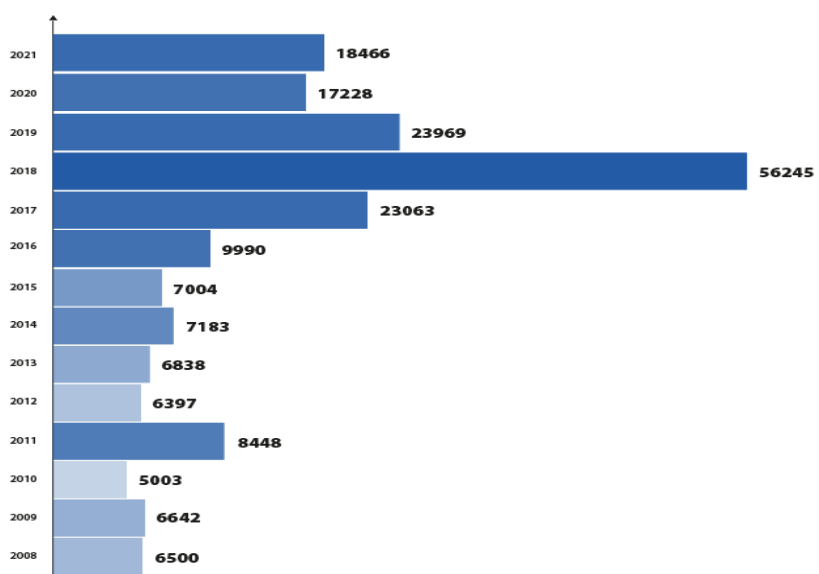
Do mesmo modo, os dados da UNICEF e da OIM registam que 77% das crianças e jovens que viajam pela rota do Mediterrâneo Central sofrem experiências pessoais de abuso, exploração e práticas, que por vezes chegam a tráfico humano (BALLA, 2020, p. 5).

4.2 MEDITERRÂNEO OCIDENTAL

A rota de migração da região ocidental do Mar Mediterrâneo é a mais antiga ligação utilizada entre a Europa e a África. Ela conecta o Marrocos à Espanha por meio do Estreito de Gibraltar, além de abranger a entrada em território espanhol por meio de seus enclaves africanos de Ceuta e Melilla. A maior parte dos migrantes que utilizam esse caminho advém do Marrocos ou da Argélia, havendo também expressiva participação de pessoas da África Subsaariana e dos demais países do Norte da África (MORONI, 2021).

O CIEJD (2022) ressalta que até o ano de 2008, a rota terrestre de Melilla era uma das mais utilizadas devido à falta de controles governamentais, porém o desenvolvimento das medidas de segurança e vigilância frearam a pressão migratória sobre esse enclave até 2014. Nesse sentido, ações de reforço no controle de fronteiras no Marrocos, somadas a programas de cooperação entre a UE e aquele País, favoreceram a diminuição das chegadas a partir de 2019.

Figura 2 - Travessias ilegais de fronteira na rota do Mediterrâneo Ocidental.



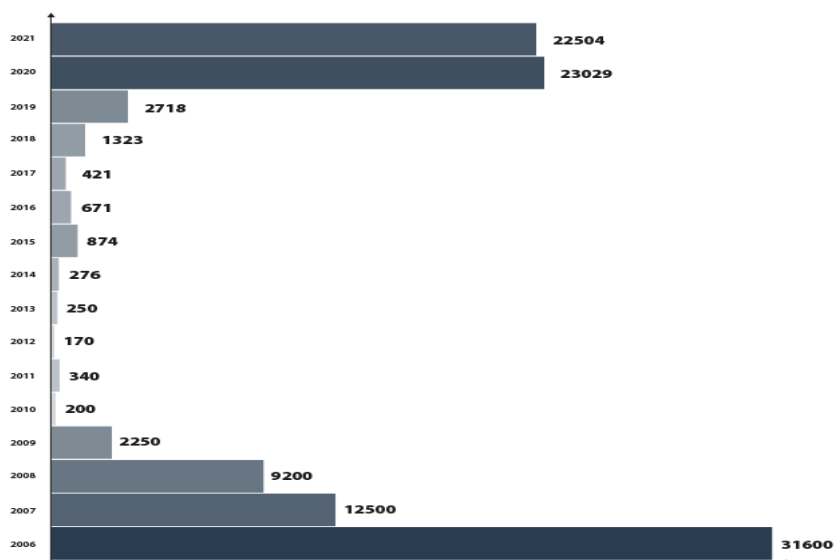
Fonte: FRONTEX (2022).

A Primavera Árabe ocasionou um aumento na pressão migratória no ano de 2011, o que arrefeceu nos anos seguintes, retornado seu aumento em 2016 e tendo como ápice o ano de 2018, quando se tornou a rota mais utilizada para a entrada na Europa. A detecção nas fronteiras marítimas é mais comum do que nas fronteiras terrestres, sendo oito vezes maior no ano de 2016 (FRONTEX, 2022). A agência europeia FRONTEX (2022) ainda destaca que a rota em questão tem sido o principal caminho usado por redes criminosas para realizar o contrabando de drogas para a União Europeia, o que aumenta a pressão sobre ela.

4.3 ÁFRICA OCIDENTAL

A rota da África Ocidental compreende a ligação entre um território insular espanhol, as Ilhas Canárias, e os países africanos Senegal, Marrocos, Mauritânia, Saara Ocidental e Gâmbia. Ela possui um histórico de baixa utilização no período desta pesquisa (2011 a 2019), tendo sido utilizada de forma mais expressiva até 2009 e após 2020 (FRONTEX, 2022), conforme gráfico abaixo, tendo então menor relevância para o estudo proposto:

Figura 3 - Travessias ilegais de fronteira na rota da África Ocidental.



Fonte: FRONTEX (2022).

A agência europeia FRONTEX (2022) ressalta que o baixo número de migrantes ocorreu devido ao memorando de entendimento entre Espanha, Senegal e Mauritânia, que possibilitou que o retorno dos imigrantes ilegais a seus países de origem e que

as atividades de vigilância fossem realizadas de forma conjunta, aumentando a eficiência das ações. Ela aborda, também, que o Marrocos é o principal ponto de partida para a rota em questão, situação facilitada pela proximidade territorial com a região.

4.4 REFLEXOS DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DO NORTE DA ÁFRICA PARA A EUROPA

O grande afluxo de pessoas no sentido Norte da África – Europa, após a Primavera Árabe, causou diversas mortes de migrantes que buscavam encontrar melhores condições de vida nos países do Velho Continente, porém Moroni (2021) ressalta que tal situação não era nova, no contexto das tentativas de imigração através do Mar Mediterrâneo.

Os naufrágios de migrantes por mar não eram uma coisa nova. O primeiro grande naufrágio no Mediterrâneo após a Segunda Guerra Mundial remontava ao ano 1996: na noite de Natal daquele ano, nas águas internacionais ao largo de Portopalo, uma das aldeias mais ao sul da Sicília, verificou-se o afundamento de um barco que provocou a morte de 283 pessoas de nacionalidade indiana, paquistanesa e cingalesa que estavam a percorrer a travessada para a Itália (MORONI, 2021, p.35).

Outrossim, a mortalidade dos que buscavam esse deslocamento passou a aumentar, seguindo a crescente que ocorria com o número de pessoas que buscavam realizar a travessia pelo Mediterrâneo. O escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), agência da Organização das Nações Unidas (ONU), passou a registrar os dados sobre mortes por causa de imigrações em 2006, chegando aos números de 630 mortes no Mediterrâneo, as quais tiveram uma elevação que alcançou mais de 1500 vítimas em 2011. Em 2013, 368 pessoas, de um total aproximado de 520, morreram próximo de Lampedusa devido ao naufrágio de um barco Líbio usado para transporte de imigrantes. Em 2014, houve cerca de 3500 mortes ou desaparecimentos nesse mar que liga a África à Europa (MORONI, 2021).

A Organização Internacional para a Imigração (OIM), também da ONU, estima que 3692 migrantes morreram em 2015 na tentativa dessa travessia, ano em que um navio líbio afundou com aproximadamente 800 migrantes, dos quais apenas 28 sobreviveram (MORONI, 2021). O ano de 2016 teve como rota mais mortal a que

ligava a Líbia com Malta. Rodrigues (2018) afirma que tal percurso registrou 4.500 mortes e desaparecimentos, sendo a maior quantidade já registrada pela OIM na região.

O quadro de elevação do número de mortos causou atenção não só da ONU, como também de outros órgãos internacionais e de mídia. A Anistia Internacional (2015, apud Rodrigues, 2018) acompanhou a situação apontando para as precárias condições de travessia que os migrantes se sujeitavam para atingir seus objetivos. “No ano de 2015 foram registradas várias mortes, muitas delas por afogamento dado às péssimas condições das embarcações. Muitas vezes, os migrantes lançam-se ao mar em botes infláveis tentando a sorte para chegar ao continente europeu” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015; apud RODRIGUES, 2018, p. 42).

Nesse sentido, um caso emblemático foi o da morte de Alan Kurdi de 3 anos, refugiado sírio que acompanhava seu pai na tentativa de atingir a Europa por mar em 2015. O caso foi noticiado em todo o mundo por diversas mídias tradicionais e sociais, causando comoção internacional (ADLER-NISSEN, 2020; SOHLBERG, 2019).

A União Europeia estabeleceu uma pressão sobre a Itália no início do período de aumento das migrações após a Primavera Árabe. Marcelino (2012, p. 67) aponta que o então Presidente da UE, Durão Barroso, “reclamava o total desinteresse da Itália pelas violações dos Direitos do Homem na Líbia, e de apenas dar importância ao que lhes estava a acontecer na ilha do Mediterrâneo Central”. A autora também salienta que essa situação era precedida pelas críticas italianas ao lento apoio da UE frente ao grande acúmulo de imigrantes no litoral europeu. Nesse sentido, a imprensa também acusava a UE de não realizar distinções entre imigrantes e refugiados, não fornecendo os direitos que a situação de refugiado poderia proporcionar.

Diante do exposto, pode-se verificar que o aumento das migrações pelo Mediterrâneo ocasionou também um crescente número de mortes na região, que eram acompanhadas por diversos setores, afetando diretamente os países da UE. Assim, diversas medidas foram tomadas pelos países europeus, como forma de mitigar a situação de crise que se instalava por conta do aumento dos fluxos migratórios pela região Sul de seu território, como veremos a seguir.

5 IMPLICAÇÕES NAS AÇÕES DE SEGURANÇA DE FRONTEIRAS DA UNIÃO EUROPEIA FRENTE À MIGRAÇÃO AFRICANA

Será realizada, na sequência, uma breve exposição da União Europeia e de sua agência de controle de fronteiras. Além disso, abordar-se-á sobre a Teoria dos Limes, visando mostrar uma possível visão europeia frente à situação migratória em pauta. Feito isso, serão elucidadas as implicações nas ações de segurança de fronteiras da UE frente à migração africana após a Primavera Árabe.

5.1 A UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) (2022) compreende 27 países do continente europeu que possuem como seus princípios e valores comuns a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito, a promoção da paz e da estabilidade. Além disso, possui como um de seus objetivos “proporcionar um espaço de liberdade, segurança e justiça sem fronteiras internas, em conjugação com medidas adequadas em suas fronteiras externas para regular o asilo e a imigração e prevenir e combater a criminalidade” (UNIÃO EUROPEIA, 2022).

Diante disso, a União Europeia estabeleceu um acordo nomeado de Área Schengen, que engloba quase todos os Estados-Membros do Bloco e alguns países associados que não fazem parte da UE. Criado em 1985, o referido acordo visa permitir o livre trânsito de pessoas em suas fronteiras internas, aplicando rígidos controles em suas fronteiras externas, gerando segurança aos que se encontram nos territórios internos à Área, fazendo parte do quadro institucional e jurídico da UE a partir de 1997, por meio do Tratado de Amsterdã (UNIÃO EUROPEIA, 2022). Nesse sentido, a UE buscou realizar o controle de suas fronteiras de forma mais eficaz após o início da Primavera Árabe, visto ter ocorrido um aumento da pressão migratória para a região (AGIER, 2015).

Silva (2021) defende que a UE criou uma agência de segurança, concomitantemente à criação do espaço Schengen, que visava o fortalecimento da segurança de suas fronteiras, mas que acabava por dificultar qualquer entrada na região, restringindo o que se mostrava tão caro à instituição, a livre movimentação. A agência em pauta recebeu o nome de FRONTEX, a qual será abordada na próxima seção.

5.2 FRONTEX

A Agência da UE conhecida como FRONTEX possuiu papel importante no apoio ao controle migratório no território europeu. Ela derivou de ações de cooperação entre os países do referido bloco no sentido de coordenarem os trabalhos das diversas autoridades policiais e judiciárias nacionais. Essas ações foram incorporadas ao quadro da UE em 1999, a partir da assinatura do Tratado de Amsterdã. Diante disso, o Conselho Europeu de Justiça e Assuntos Internos buscou fortalecer a cooperação no que tange ao asilo, migração e segurança, criando a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), em 2004 (FRONTEX, 2022).

Em 2016, a FRONTEX passou a se referir à Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira, extinguindo a Agência anterior. O objetivo da FRONTEX é realizar o enfrentamento aos desafios migratórios, inclusive tornando mais eficaz a política de retorno da UE, além de realizar o combate aos crimes internacionais graves e garantir a segurança interna do Bloco, salvaguardando a livre circulação (FRONTEX, 2022).

A Agência atua na gestão de fronteiras da UE de acordo com a Carta de Direitos Fundamentais do Órgão e o conceito de Gestão Integrada de Fronteiras. Dessa maneira, realiza o monitoramento da situação das fronteiras, compartilhando informações com os Estados-Membros, inclusive obtidas com interrogatórios, triagens, impressões digitais e identificação dos migrantes, o que aumenta a capacidade de controle migratório da UE. Além disso, ela possui a capacidade de realizar retornos forçados de pessoas em situação de permanência ilegal na UE, podendo, até mesmo, realizar operações em território de país não-UE, em caso de pressão migratória a partir dele (FRONTEX, 2022).

A partir do explicitado, chega-se à conclusão de que a FRONTEX possuiu um importante papel de apoio ao controle das imigrações para os territórios da UE, como previsto na própria autodefinição da Agência em seu site oficial. Esse apoio é fortalecido pelos acordos realizados pelos países europeus com países africanos, visando a contenção do fluxo de pessoas. A situação exposta vai ao encontro da doutrina defendida por um geopolítico francês, nomeada de “Limes”, a qual abordaremos na sequência.

5.3 A TEORIA DOS LIMES

A Teoria dos Limes foi proposta por Jean-Christophe Rufin, cientista político, médico e escritor francês. A Teoria advoga que o “Império”, constituído pelos países ricos do Norte, não necessitariam mais ajudar os países pobres do Sul, descritos como “Novos Bárbaros”, tendo agora como foco exclusivo seus próprios problemas e desenvolvimento. Assim, seriam criadas áreas de fronteiras móveis entre essas duas regiões (“limes”) que serviriam para limitar uma nova invasão de bárbaros, chamada de imigração da miséria (MAFRA, 2006).

Outrossim, Rufin ainda defende que o “Império” deveria resolver os problemas externos criados pelos “bárbaros”, empregando a força se necessário, deixando os problemas internos a serem resolvidos pelos próprios “bárbaros”, sob a supervisão do Norte em assuntos de seu interesse. O “Império” não buscaria o desenvolvimento do Sul, a exceção das nações que fizessem fronteiras entre as duas regiões, com o objetivo de evitar a invasão de imigrantes por meio da fixação de suas populações. O Sul seria usado como fornecedor de matérias-primas e receptores dos produtos industrializados, criando um neocolonialismo econômico (MAFRA, 2006).

A partir do explicitado, Mafra (2006) chega à conclusão de que o Acordo de Schengen é uma das mais significativas formas de isolamento do “Império”, pois cria uma série de barreiras para o ingresso dos “bárbaros” aos países integrantes da UE, tendo, por exemplo, medidas restritivas como a adoção de política comum de imigração e de concessão de vistos a não-europeus e a elaboração de uma lista de países dos quais seriam requeridos vistos de entrada.

5.4 AÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA FRENTE À MIGRAÇÃO DO NORTE DA ÁFRICA

De acordo com o site oficial da União Europeia (2022), as competências relativas à imigração são compartilhadas com os integrantes do Bloco, sendo que cabe a cada país a decisão final sobre os pedidos de cada imigrante. Assim, não existe uma instituição única que trate de pedidos ou autorizações de residência para todos os países integrantes, cabendo a cada solicitante se dirigir diretamente às autoridades do país para o qual deseja mudar, o que dificulta o processo de entrada na UE.

O Bloco possui uma política migratória que atua de forma a terceirizar parte de sua gestão, com o intuito de contornar certas obrigações legais referentes às possíveis

solicitações de asilo. Acordos bilaterais ou multilaterais favoreceram essa linha de ação tomada, que tem como primeiro marco importante o Conselho Europeu de Tampere, ocorrido em 1999, na Finlândia. O Conselho em questão foi o primeiro a trazer uma abordagem específica sobre o envolvimento de países externos na atuação assistencial dos europeus aos deslocados. Ele estabelece, no Artigo 26 de sua resolução, que se deve fornecer apoio aos países de origem e aos deslocados em trânsito, com o intuito de promover o regresso voluntário, além de se ajudar as autoridades desses países a obterem maiores capacidades de combate ao tráfico de seres humanos. Dessa forma, a partir daquele momento, foram definidas as ideias que serviriam de suporte para a política de externalização de fronteiras da UE, na qual as chegadas indesejadas seriam evitadas por meio da gestão fronteiriça e da migração com ações em países não membros da UE (SILVA, 2021).

Em adição ao apresentado, Balla (2020) explica que a UE busca criar parcerias com os países de origem dos refugiados para combater as causas profundas da crise migratória existente. Ela cria centros de acolhimento em países como Grécia e Itália com o intuito de fornecer melhores condições para que os governos desses países possam melhor gerenciar os fluxos migratórios, enviando também peritos para coordenar o retorno de alguns migrantes para seus países de origem.

Segundo Façanha (2015), a elevação da intensidade dos fluxos migratórios nas fronteiras europeias, com destaque para a costa italiana e grega, ocasionou a oposição de diversos países com relação à aceitação dos refugiados árabes, a exemplo da França, Dinamarca e Finlândia, o que acendeu um debate acerca de sustentabilidade da integração regional, constituindo ameaça a um dos maiores símbolos europeus.

Ademais, cabe ressaltar que os países da costa mediterrânea que mais receberam os migrantes foram a Espanha, a Itália, a Grécia e a França. Os países da região dos balcãs ao longo do tempo diminuíram o número de migrantes devido às suas políticas, que pouco atendem ao direito internacional conferido aos migrantes, e, por não serem países abastados, não poderiam dar refúgio e condições melhores para que os migrantes estabilizassem suas vidas. Conseqüentemente, isto colocaria em risco a vida dos que buscassem acolhimento nos países que compreendem essa área (RODRIGUES, 2018, p. 55).

Nesse ínterim, Agier (2015) aborda que os europeus realizaram ações contrárias à recepção dos africanos que ali chegavam, buscando a preservação do individualismo, da defesa de seus territórios e de seus bens privados, em detrimento

dos miseráveis e intrusos que buscavam migrar para a região, ocasionando a exclusão do estrangeiro por meio de “muros da segregação e da hostilidade”.

Em 2015, 2,2 milhões de pessoas encontravam-se de forma irregular na UE. Em 2016, o número caiu para 984 000. No entanto, milhares de pessoas são expulsas anualmente da UE, como todos aqueles cujos pedidos de asilo foram recusados (BALLA, 2020, p. 9).

Diante do quadro exposto, a União Europeia passou a agir com o objetivo de fazer com que os gregos aumentassem a vigilância dos fluxos migratórios do Oriente Médio e África. Propôs, ainda, a construção de um muro entre a Turquia e a Grécia, com vistas a diminuir ainda mais esses movimentos. Nesse sentido, foram previstas operações marítimas com o objetivo de reterem os barcos com refugiados ainda no mar, evitando que chegassem à costa e pudessem gozar de direitos específicos por esse motivo (AGIER, 2015).

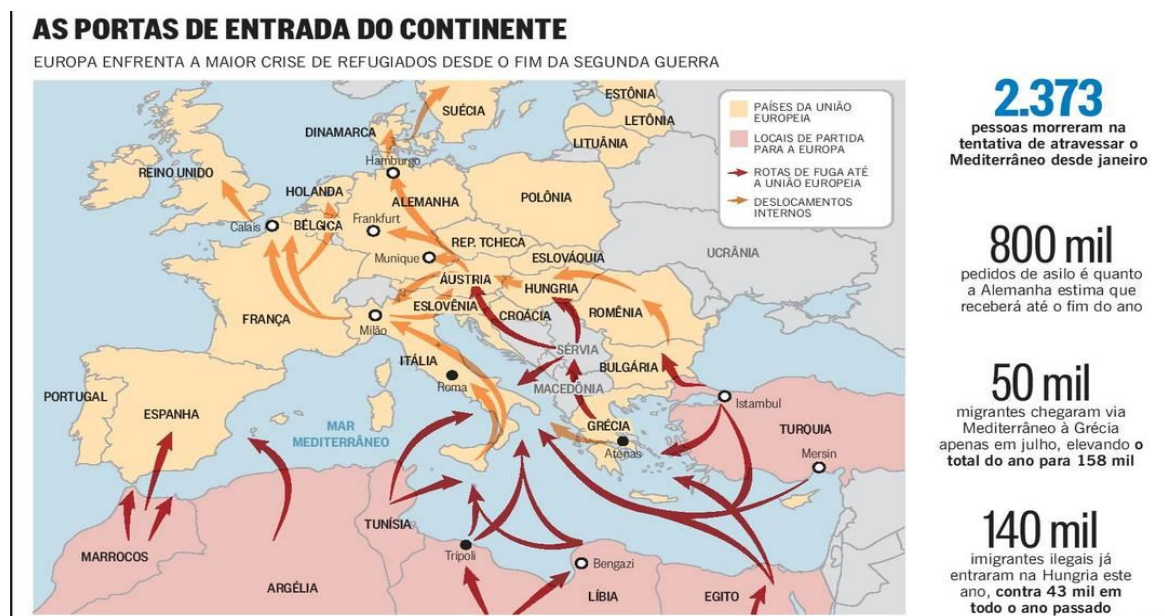
Rodrigues (2018) aborda que alguns membros da UE atuaram de forma contraditória aos acordos humanitários assinados, dificultando o enquadramento dos migrantes como refugiados, o que tornava mais difícil a concessão do asilo e o acesso à Área Schengen. Isto ocorreu sem se levar em conta que:

[...] as reais motivações que acarretam na saída da pessoa de seu país não são efetivamente consideradas, como as guerras, a pobreza ou a fome, as quais levam as pessoas a se deslocarem milhas a pé ou em condições difíceis na busca de condições para sobreviverem. Ademais, ressalta-se que estas pessoas, muitas vezes, enfrentam abusos dos mais diversos tipos, como a escravização pelos países onde passam (IOM, 2018; apud RODRIGUES, 2018, p. 58).

A autora Rodrigues (2018) ainda explica que, muitas vezes, o motivo do não enquadramento era a impossibilidade de se identificar a origem dos solicitantes do refúgio, situação comum quando se considera que, em grande parte dos casos, tais pessoas fugiram de seus países às pressas, devido a conflitos ou perseguições.

Apesar de o período de maior pressão da crise migratória ter sido entre os anos de 2014 e 2015, Moroni (2021) afirma que em 2013 a situação já era alarmante, apresentando um crescimento vertiginoso desde 2011, no Sul europeu. Os estados fronteiriços priorizaram uma política repressiva frente ao aumento das movimentações. Eram realizados reforços às patrulhas de fronteiras marítimas, operações de rejeição e interceptação de imigrantes ainda em alto mar, os repatriando imediatamente para outros países.

Figura 4 – Rotas de migração para a Europa.



A Agência Europeia FRONTEX possuía operações desde 2011, a Operação Aeneas, nos mares Adriático e Jônico entre as costas da Itália, Grécia e Albânia, e a Hermes, que abrangia a região Norte da África e o Sul da Itália, com grande atenção para o mar entre a Tunísia e Lampedusa. Apesar disso, a UE não conseguiu conter a tragédia que viria a ocorrer em 2013, com a morte de diversas pessoas em um naufrágio de um barco de imigrantes (MORONI, 2021).

A partir do ocorrido em 2013, o Alto-comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) criou a Iniciativa do Mar Mediterrâneo Central (CSMI), que indicou recomendações para a UE e para os países de origem dos migrantes, visando o controle da situação e a prevenção de novas tragédias. Por sua vez, os europeus estabeleceram uma Força Tarefa do Mediterrâneo, levando em consideração as recomendações do órgão da ONU.

A Itália, por intermédio de sua Operação *Mare Nostrum*, procurou realizar um trabalho em conjunto com a Operação Aeneas e Hermes, da FRONTEX. A ação italiana tinha como escopo principal a ação humanitária de salvaguarda de vidas humanas, não se preocupando apenas em criar barreiras para os fluxos migratórios existentes. Ela ocorreu entre 13 de outubro de 2013 e 31 de outubro de 2014, sendo encerrada pelo governo italiano devido à sua falta de capacidade em suportar seus custos, tendo contribuído para salvar 150 mil pessoas e prender 728 traficantes. Ela

foi substituída por uma Operação conduzida pela UE, a Triton, à cargo da FRONTEX (MORONI, 2021).

Outra tragédia veio a tomar palco no Sul do território italiano. Em 23 de abril de 2015 um acidente ocasionou a morte de aproximadamente 1.000 pessoas que tentavam atravessar o canal da Sicília. Diante disso, o Conselho Europeu convocou uma sessão extraordinária que visava dar resposta à situação que se degradava mais a cada dia, o que se alinhava ao defendido pela Comissão e o Parlamento Europeu. Foi então apresentada pela Comissão a Agenda Europeia sobre a Migração, em maio de 2015, a qual tinha como base uma maior solidariedade humanitária e buscava uma abordagem que melhorasse a gestão da migração em suas diversas vertentes. A Agenda buscava unir todos os atores em presença em um objetivo comum, dos quais se ressaltam os Estados-Membros e as instituições da UE, as organizações internacionais, as autoridades locais, os países externos e a sociedade civil. Os quatro pilares principais da iniciativa eram o salvamento das vidas e manutenção das fronteiras externas, a implantação de uma política de asilo consistente, a criação de uma nova política de imigração e o enfraquecimento dos incentivos à migração de forma irregular (BALLA, 2020; DE JESUS, 2019; MORONI, 2021).

Apesar do exposto, Moroni (2021) ressalta que a Operação Triton, que substituiu a operação italiana *Mare Nostrum*, visava a vigilância marítima, realizando resgates apenas em casos de extrema necessidade. A situação da operação que se seguiu, a Sophia, parecia mostrar os mesmos princípios, e para alguns, as mesmas lacunas.

Com vistas a melhor exemplificar as ações realizadas pela UE na busca pela segurança de suas fronteiras Sul, serão abordados os principais acordos realizados com países do Norte da África, no caso os celebrados com os líbios e com os tunisianos.

5.5 ACORDOS COM A LÍBIA

A situação da Líbia tem um caráter peculiar no que se refere ao assunto migrações. O País é usado como uma das principais rotas para se alcançar a Europa. Apesar disso, os líbios não são signatários da Convenção de Refugiados de 1951 e do Protocolo Adicional de 1967, além de sofrerem diversas críticas por não aplicarem as normas de direitos humanos (DA CUNHA, 2014).

Os acordos firmados pela Líbia, relativos à migração, são em sua maior parte relacionados à Itália, como afirma Moroni:

[...] a relação entre Itália e Líbia em âmbito de migração nasceu assente num diálogo antigo baseado no passado colonial. Nesta circunstância, pela Líbia, a proteção das fronteiras e o bloqueio das redes ilegais era essencialmente um mero elemento de troca por meio do qual receber uma adequada compensação. O diálogo entre as duas partes foi instável, e por muito tempo numerosas medidas atuadas foram estabelecidas por acordos de natureza informal, causando então mais dificuldade na análise das atividades que efetivamente estavam a ser conduzidas. Além disso, dos acordos que foram definidos formalmente, muitos vieram com atrasos na implementação ou nunca foram implementados (MORONI, 2021, p. 60).

A primeira menção à questão da migração em um acordo entre Líbia e Itália data de 1998. Foi realizado um Comunicado Conjunto, que viria a ser implementado apenas dois anos depois, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, Lamberto Dini, e o Secretário do Comitê Geral do Povo líbio, Omar Mustafa El Mountasser. O comunicado mostrava a intenção de ambas as nações em lutarem de forma conjunta contra a imigração ilegal e as redes criminosas, porém não estabelecia alternativas para migrações legais entre os países. Assim, o Acordo foi tido como o início de uma nova fase colaborativa entre os Estados, apesar de as tensões sobre o passado colonial não terem ainda sido totalmente superadas. Isso se deu devido ao grande interesse do governo italiano no assunto, o qual também buscava conscientizar os demais integrantes da comunidade europeia (MORONI, 2021).

O estabelecimento de uma delegação permanente sobre o crime organizado e a migração foi estabelecida em Trípoli em 2003. Ela possuía funcionários do Departamento de Polícia de Imigração e Fronteira e do Departamento da Polícia Criminal, do Ministério do Interior italiano. Nessa linha, foi assinado um acordo para a troca de informações sobre fluxos de migrantes, além de terem sido fornecidos equipamentos para a melhora do controle das fronteiras marítimas e terrestres da Líbia. Apesar do Acordo não ter sido ratificado, a Itália emitiu um decreto em que autorizava sua Marinha a interceptar e, se possível, escoltar navios de migrantes de volta para os países origem, o que passou a ocasionar uma infração da soberania no País africano (MORONI, 2021).

A colaboração entre os países foi estreitada em 2004, facilitada pelo interesse líbio em melhorar sua imagem internacional. Foram construídos campos de detenção na Líbia e criou-se um sistema de readmissão de migrantes através de voos de

retorno. As construções foram possíveis devido à criação de lei italiana que possibilitava o financiamento de estruturas, em territórios de terceiros, com o objetivo enfraquecer os fluxos de atração da imigração. Em 2015, tais campos também foram construídos na Turquia visando fazer face à crise migratória existente. Já em 2007, ocorreu a assinatura do Protocolo de Cooperação entre Itália e Líbia, novamente com o objetivo de combater as imigrações ilegais. O Protocolo trazia em seu conteúdo a promoção de colaboração com a UE, a qual buscava aproveitar a aproximação entre os dois países para incentivar a manutenção do relacionamento com toda a Europa. Ademais, o documento previa ações conjuntas no patrulhamento marítimo nas águas territoriais líbias e nas águas internacionais entre as duas Nações, com o fornecimento de treinamentos por parte dos oficiais italianos e, se necessário, a intervenção de unidades da Marinha italiana atracadas em Lampedusa (MORONI, 2021).

O Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação, concluído entre os dois países em 2008, substituiu o Comunicado Conjunto de 1998, representando uma nova parceria que parecia ter solucionado o conflito sobre o passado colonial de cerca de 40 anos, além de possibilitar aos líbios um papel italiano mais ativo para os retirar do isolamento internacional. Além de buscar reforçar a paz no Mediterrâneo, o Tratado reafirmava a importância da gestão da migração, favorecida pela implementação de um sistema de controle de fronteiras no País africano realizada por empresas italianas, sendo os custos divididos entre o governo italiano e a UE. Dessa forma, o número de imigrantes ilegais caiu 90% entre 2008 e 2009 (MORONI, 2021).

A queda do regime de Muammar Kadafi em 2011, e posterior morte do ditador que governou a Líbia por 42 anos, ocasionou um aumento da instabilidade política no País, o que favoreceu um crescimento da migração no Mediterrâneo Central. A Líbia passou a ter uma guerra civil em seu território, sem existir um governo estável, o que, somado à intervenção da Itália no final de 2011, levou ao interrompimento da colaboração em matéria de migrações. A situação passou a mudar de status a partir da visita do Chefe de Governo italiano Mario Monti a Trípoli, no início de 2012, que foi seguido por um encontro entre o Ministro do Interior da Itália Cancellieri a sua contraparte da Líbia, sendo implementadas novas medidas para conter o avanço das migrações irregulares (MORONI, 2021).

Nesse sentido, a UE também passou a apoiar a missão das Nações Unidas que visavam apoiar uma transição democrática naquele País africano. Além disso, a UE

criou, em maio de 2013, a EUBAM LYBIA (2022), definida como a Missão de Assistência Fronteiriça da União Europeia na Líbia.

A EUBAM Líbia apoia as autoridades líbias no desenvolvimento da gestão e segurança das fronteiras nas fronteiras terrestres, marítimas e aéreas do país. Como uma missão de gerenciamento de crise civil com mandato de capacitação, o EUBAM auxilia as autoridades líbias nos níveis estratégico e operacional. O trabalho é realizado por meio da assessoria, treinamento e mentoria de contrapartes líbias no fortalecimento dos serviços fronteiriços de acordo com as normas internacionais e as melhores práticas, e assessorando as autoridades líbias no desenvolvimento de uma estratégia nacional de Gestão Integrada de Fronteiras (IBM) (EUBAM LYBIA, 2022, p.1)

Outrossim, a FRONTEX continuava suas operações no Mar Mediterrâneo, lançando em 2014 a Operação Triton, substituída pela Operação Sofia em 2015, por meio da qual a UE começou a realizar a formação das guardas costeiras da Líbia. Os europeus passaram a fornecer, também, recursos e reforços militares para conterem os migrantes em seus próprios territórios, o que foi fortalecido pelo Memorando de Entendimento assinado em fevereiro de 2017 entre os italianos e líbios. O Memorando foi criticado por órgãos internacionais, a exemplo da Anistia Internacional que entendia que aquelas ações demonstravam falta de compaixão por aqueles africanos que se encontravam em situação de grave vulnerabilidade em seu país, os quais, por vezes, sofriam torturas e abusos em sua terra natal (RODRIGUES, 2018).

Apesar das preocupações persistentes dos grupos de direitos humanos sobre o abuso generalizado de migrantes dentro da Líbia, o Senado da Itália votou esmagadoramente a favor de fornecer mais recursos à guarda costeira da Líbia, que é encarregada de devolver os migrantes marítimos às costas líbias. A nova medida fornecerá à Líbia dez barcos de patrulha "Classe 500" da guarda costeira italiana e dois barcos de 90 pés da classe Corrubia da Guardia di Finanza da Itália. ", [Sob alegação de que] com este decreto, o governo pretende ajudar Trípoli a proteger melhor a sua zona marítima da RAE, a fim de salvar mais vidas humanas e desencorajar a partida de [barcos migrantes] (BBC, 2018; apud RODRIGUES, 2018, p. 52)

Apesar disso, a Declaração de Malta, realizada pelos membros do Conselho Europeu em 3 de fevereiro de 2017, informava que a UE estava comprometida em agir de forma a respeitar os direitos humanos, os valores europeus e o direito internacional, procurando desenvolver as comunidades líbias e assegurar adequadas condições de acolhimento para aqueles migrantes, em colaboração com a ACNUR e a Organização Internacional para as Migrações da ONU (RODRIGUES, 2018).

Ademais, a declaração que foi emitida após o Encontro de Malta buscava o controle das fronteiras europeias de forma indireta, na qual os migrantes e requerentes de asilo buscavam atingir seus interesses em contato com autoridades de países terceiros, que eram apoiadas financeiramente pelos europeus como forma de incentivo. Diversos atores, como a ONU e a União Africana, participavam do processo que tinha como escopo principal a prevenção da entrada dessas pessoas em território da UE. O Memorando de Entendimento seguiu a mesma linha de esforço, apoiando, também, centros de detenção administrados pelo Departamento de Combate à Migração Ilegal do Ministério do Interior na Líbia, financiados por fundos italianos e da UE. O referido memorando foi renovado automaticamente em 2 de novembro de 2019, mantendo as condições já estabelecidas (MORONI, 2021; RODRIGUES, 2018).

5.6 ACORDOS COM A TUNÍSIA

A Tunísia é considerada, por alguns autores (SILVA, 2021; MARCELINO, 2012), como principal parceira da Europa no controle migratório na região do Mar Mediterrâneo Central. O País teve características migratórias que se distinguiram da Líbia, no que tange às origens dos migrantes, inclusive sofrendo reflexos da situação de instabilidade que se instalou em seu vizinho de sudeste.

O território tunisiano é considerado como zona-tampão para a contenção da migração irregular do Norte da África desde 2011, com destaque para as ações de interceptação de embarcações irregulares no Mediterrâneo. Vale ressaltar que, segundo o Acordo de Schengen, os migrantes que se deslocam entre dois ou mais países “deixam de ser considerados refugiados e a partir de então tornam-se "migrantes econômicos", o que os descola do princípio de não-devolução e perpetua as vulnerabilidades dos deslocados” (SILVA, 2021, p. 7), facilitando as ações de contenção da UE. Silva (2021) ainda aborda que a diferenciação utilizada na classificação dos deslocados entre migrantes e refugiados pode servir como ferramenta para ajustes nas políticas migratórias dos Estados, dividindo-os entre os que possuem legitimidade ou não a esse movimento, abrindo espaço para uma negação plausível do direito de assistência humanitária que deveria ser dado.

Nesse diapasão, a Tunísia possuía a característica de ser um país de trânsito para as populações que fugiam das péssimas condições e violações dos direitos humanos em seus países, com destaque para os líbios que fugiam das duas guerras

civis que se instalaram em sua nação, a partir da queda de Kadafi: a primeira, que se prolongou entre os meses fevereiro e outubro de 2011, sendo responsável pelo deslocamento de cerca de um milhão e trezentas mil pessoas para nações vizinhas, das quais passaram pela Tunísia entre seiscentos mil e um milhão; e a segunda, entre 2014 e 2020 que trouxe como consequência a estimativa de que mais de 90% dos deslocados da região mediterrânica sejam líbios. Essa situação afetou negativamente a situação de envio de emigrantes nacionais para a Europa, que havia evoluído entre as décadas de 1980 e 2000 (SILVA, 2021).

De facto, em fevereiro de 2011, no espaço de cinco dias, verificou-se a entrada de cerca de 5.000 pessoas, o que levou o Ministro do Interior de Itália, Roberto Maroni, a informar que o governo italiano pediria autorização à Tunísia para que a polícia italiana, em terreno tunisino, tentasse evitar a saída destes milhares de pessoas que desembarcavam nesta ilha a um ritmo incessante. Estes acontecimentos levaram mesmo o Governo italiano a declarar estado de emergência humanitária, acedendo mais rapidamente aos recursos financeiros disponibilizados pela UE (MARCELINO, 2012, p. 67).

Inicialmente, houve tensão dentro da UE sobre o apoio que seria dado aos italianos para a contenção dos fluxos de pessoas ao sul da região. A Itália entendia que o bloco não fornecia o apoio necessário para a limitação dessas movimentações, o que a levou a tomar medidas, como emissão de vistos temporários, que causaram descontentamento de países, como a França.

Outro problema que se colocou, quando da possibilidade de Itália proceder à emissão de autorizações temporárias de residência aos imigrantes provenientes do Norte de África, foi a tensão provocada entre os governos de Itália e França, garantindo este último que não acolheria os imigrantes ilegais porque desta forma poderiam viajar para outros países da Europa. Contrariando o preconizado pelos acordos Schengen, relativos à livre circulação de pessoas dentro da UE, a França ameaçava proceder ao encerramento temporário e excepcional da fronteira de Ventemiglia e à suspensão das ligações ferroviárias nos Alpes. Esta polémica acendeu outra questão que punha em causa a própria existência da UE, caso não se aplicasse o que está presente nos acordos Schengen. A ideia polémica de se considerar esta imigração ilegal como uma ameaça grave à ordem pública e à segurança interna, ia contrariar o espírito de solidariedade da UE (MARCELINO, 2012, p. 69).

A partir do exposto, a UE buscou priorizar a Tunísia como principal parceira externa na região. Com isso, países como Itália passaram a realizar grandes investimentos na democratização do País africano, oferecendo créditos de até duzentos milhões de euros para seu reerguimento, recebendo como contrapartida o

apoio na interceptação de embarcações irregulares e o aceite do recebimento de migrantes retornados. Inicialmente os tunisianos relutaram em aceitar o acordo, mas, devido às fragilidades que o governo recém-empossado possuía, não o recusaram, chegando o montante do recurso a 400 milhões de euros em 13 de abril de 2011.

Assim, as forças de segurança da nação africana passaram a ser responsáveis pelas interceptações na rota mediterrânica que conduzia à costa Sul da Europa. A cooperação evoluiu, em 2014, para a implementação de uma Parceria Mobilizadora assinada entre a UE e a Tunísia, por meio da qual se institucionalizou a externalização de fronteiras sobre aquele País, que recebia em troca financiamento para seu desenvolvimento social, político, econômico e para o controle de suas fronteiras, além de programas de visto para seus cidadãos (SILVA, 2021).

6 A OPERAÇÃO ACOLHIDA

Analogamente ao ocorrido no norte da África a partir da segunda década do século XXI, a Venezuela tem passado por uma grave crise econômica e política nos últimos anos, o que acarretou o aumento do fluxo emigratório desse país. O fluxo em questão afetou os países limítrofes com grandes vagas migratórias, dentre os quais está inserido o Brasil. Souza (2021) infere que esse movimento migratório venezuelano se caracteriza por ser o maior êxodo ocorrido nos países latino-americanos na atualidade.

6.1 INÍCIO

A crise venezuelana ocorreu por causas multifatoriais, porém alguns autores defendem que os planos político e econômico possuíram papéis centrais no avanço daquela situação. Costa (2020, p. 35) defende que “o enfraquecimento das instituições democráticas e a corrupção criaram um cenário propício que desencadeou uma crise multidimensional sem precedentes nesse país”. A autora ainda aborda que no ano de 2014 ocorreu o início da crise política, econômica e social, também afetada pela diminuição do preço do petróleo, principal produto gerador de divisas para a Venezuela, valendo trazer a inferência de Cruz abaixo:

A partir de 2013, com a morte de Hugo Chavez e a assunção à presidência da República Bolivariana da Venezuela de Nicolás Maduro, político pouco experiente e sem as habilidades comunicativas de Chavez, intensificou-se o processo de crise econômica e política naquele país. Milhares de venezuelanos iniciaram uma diáspora para diversos países, dentre os quais o Brasil, na busca de melhores condições de vida, acesso a medicamentos, alimentos, produtos de higiene e outros itens básicos (CRUZ, 2020, p. 13)

O histórico de relações bilaterais entre o Brasil e a Venezuela, iniciado no século XIX, não presenciou muitos incidentes diplomáticos entre as nações, existindo uma aproximação gradual e cooperação estratégica mútua. Apesar disso, a crise ocorrida naquele país tem se mostrado como a segunda pior crise humanitária mundial, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), ficando atrás apenas da que ocorre na Síria, como consequência da Primavera Árabe (SOUZA, 2021), o que afeta esse relacionamento.

Segundo Souza (2021), a ascensão de Nicolás Maduro, após a morte de Hugo Chávez em 2013, ocasionou a implementação de medidas econômicas que levaram a Venezuela a ter a maior inflação do mundo, ocorrendo uma série de protestos que foram respondidos com uma dura repressão do governo, o que favoreceu o aumento da instabilidade política no país e posterior crescimento do número de refugiados. O autor ressalta que tal número chegou a mais de “264 mil venezuelanos que permanecem em solo brasileiro, entre janeiro de 2017 e abril de 2020, conforme o Departamento de Polícia Federal” (SOUZA, 2021, p. 17).

Dentro do contexto apresentado, o Governo Brasileiro implementou medidas para dar resposta à crise daquele país, com destaque para a Operação Acolhida.

A Operação Acolhida foi estabelecida e regulamentada por meio da Medida Provisória nº 820, posteriormente convertida na Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, e pelo Decreto Presidencial nº 9.285, respectivamente após o reconhecimento - tardio - pelo Governo brasileiro da situação de vulnerabilidade dos imigrantes venezuelanos provocada pela crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela” (DECRETO nº 9.285, 2018, Art. 1º) (COSTA, 2020, p. 43).

6.2 EXECUÇÃO E OBJETIVOS

O Brasil tem como um de seus princípios o apoio a refugiados que se apresentem no país em busca de asilo. Nesse sentido, em 2017, foi criada a Lei de Migração (BRASIL, 2022) que regula as ações estatais em relação aos migrantes. Ela garante a esses, em condições de igualdade com os nacionais, os direitos à vida, à propriedade, à segurança e à liberdade. Além disso, a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018, autorizou a regularização dos migrantes venezuelanos conforme prescrito nos acordos do MERCOSUL, apesar de o país estar suspenso do bloco desde 2016 devido à cláusula democrática. Essas ações demonstram a intenção do Brasil em proporcionar boas condições de asilo aos refugiados, em acordo com o que prescreve a Constituição Federal brasileira (SOUZA, 2021).

A Diretriz Ministerial nº 3 de 2018, do Ministério da Defesa, autorizou o início da Operação Acolhida, chefiada por um oficial-general do Exército Brasileiro. Ela tinha por objetivo a realização de ajuda humanitária no Estado de Roraima, recepcionando e apoiando os refugiados, inclusive com fornecimento de abrigos, alimentos e atendimento de saúde, em coordenação com outras agências e organizações não governamentais (SOUZA, 2021). Cruz (2020) ressalta que o Exercício Multinacional

Interagências de Logística Humanitária (AMAZONLOG17), realizado na tríplice-fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru em 2017, favoreceu uma rápida resposta à crise que se instalou, visto ter desenvolvido uma grande capacitação na mobilização de meios.

Ademais, a Operação tinha como missão principal o acolhimento dos imigrantes em situação de vulnerabilidade, com o intuito de estabilizar o fluxo migratório, “com todos os imigrantes assistidos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local e aptos para a interiorização” (CRUZ, 2020, p. 23). O autor ainda expõe que a Operação se baseou em três eixos, o Ordenamento da Fronteira, o Abrigamento e a Interiorização.

O caráter humanitário de apoio aos que estavam em situação de necessidade esteve sempre presente na Operação Acolhida, valendo trazer a observação de Costa (2020) abaixo:

A interiorização tornou-se a maior prioridade dessa Operação em seu segundo ano, tendo em vista que Roraima passou a ser também um destino de passagem para imigrantes de outras nacionalidades, como os haitianos e cubanos, dada a possibilidade de se documentarem por meio da estrutura criada para os imigrantes venezuelanos nos postos de triagem na fronteira e sobretudo na capital Boa Vista antes de seguirem por meios próprios para outras cidades do Brasil (COSTA, 2020, p. 58).

A autora ainda pontua que, para coibir delitos transfronteiriços advindos da maior porosidade das fronteiras, devido ao aumento do fluxo populacional, o Brasil instaurou a Operação Controle, afastando a Operação Acolhida “de qualquer tendência à securitização da migração venezuelana” (COSTA, 2020, p. 78).

6.3 RESULTADOS

A atuação brasileira em resposta à crise humanitária venezuelana, iniciada em 2014, tem se mostrado extremamente positiva. Cruz (2020) ressalta que o país reduziu a calamidade que passava a se instalar no Estado de Roraima, fornecendo tratamento digno aos refugiados, o que reforçou sua condição de líder regional.

Quando refugiados e migrantes deixam a Venezuela, muitas vezes sob pressão de ameaças e com recursos cada vez mais escassos, podem enfrentar viagens perigosas em condições extremamente difíceis e sem saber

como serão recebidos na fronteira. Graças à Operação Acolhida, resposta do Governo Federal brasileiro, os venezuelanos encontram proteção no Brasil e podem começar a dar os primeiros passos para reconstruir seu futuro. As oportunidades de interiorização são totalmente voluntárias, gratuitas e priorizam quem está em situação de vulnerabilidade em Boa Vista, Pacaraima e Manaus (ACNUR, 2021, p. 2).

Os números levantados durante a Operação Acolhida podem demonstrar o vulto das atividades de apoio aos necessitados que se apresentam naquele contexto. Souza (2021) verificou que, em 2021, mais de 890 mil atendimentos foram realizados na fronteira, sendo que 265 mil migrantes e refugiados venezuelanos solicitaram regularização migratória. Ainda, havia ocorrido a interiorização de mais de 56 mil venezuelanos em diversas partes do território brasileiro, ocorrendo o reconhecimento de mais de 48 mil refugiados daquela nação. Dados do Ministério da Cidadania (2022), informam que mais de 78 mil venezuelanos foram interiorizados no Brasil entre abril de 2018 a junho de 2022, reforçando o grande alcance que a Operação vem tendo.

Um importante fator levado em consideração é o respeito ao Princípio da Não-Devolução, estabelecido em 1946, pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Ele aborda que o refugiado que mostrar objeções válidas, não deve ser obrigado a retornar a seu país de origem, mostrando a adequação da nação brasileira a acordos internacionais (SOUZA, 2021).

Face ao exposto, verifica-se que a Operação Acolhida é um caso de grande sucesso internacional, sendo reconhecida pela ONU como um exemplo a ser seguido por outros países, por conta de sua excelência na diminuição dos impactos ocasionados pela crise humanitária que ocorre na Venezuela. Essa condição vem sendo possível graças à sinergia com que instituições estatais, civis e militares têm trabalhado, além de outros órgãos nacionais e internacionais, sempre com o objetivo de fornecer melhores condições aos que passam por aquela situação de extrema vulnerabilidade (COSTA, 2020; CRUZ, 2020; SOUZA, 2021).

7 CONCLUSÃO

O fenômeno migratório é parte natural das relações entre as sociedades de todo o mundo. O passado colonial africano, com grande relacionamento com o metropolitano europeu, favoreceu os movimentos populacionais entre essas duas regiões, tendo características específicas no decorrer do tempo.

As manifestações ocorridas a partir do advento da Primavera Árabe, que tinha como escopo a busca por melhores condições de vida, seja em termos econômicos ou políticos, aumentaram as turbulências nos países do Norte da África, ocasionando fluxo migratório no sentido sul-norte, o que teve como consequência uma resposta europeia visando exercer maior controle sobre essa ameaça em seu entorno estratégico.

O presente trabalho buscou explicitar as peculiaridades das revoluções da Primavera Árabe nos países do Norte da África, com destaque para o ocorrido na Tunísia, estopim do movimento, no Egito, na Líbia, na Argélia e no Marrocos. Cabe ressaltar que a autoimolação realizada por Mohamed Bouazizi fez explodir uma série de descontentamentos que vinham sendo, em sua maioria, deliberadamente reprimidos pelos governos extremamente autoritários da região. Apesar disso, parte dos governos não tiveram a capacidade de manter sua dominação frente ao vertiginoso aumento das demonstrações de descontentamento, acarretando suas deposições, na Tunísia e Egito, e até mesmo a retirada da vida do chefe de governo, no caso de Muammar Kadhafi na Líbia. Em contrapartida, os governantes no poder, no Marrocos e na Argélia, implementaram medidas que conseguiram, mesmo com dificuldade, arrefecer os descontentamentos, conseguindo manter-se à frente de seus países.

Após isso, foram descritas as principais rotas utilizadas pelos migrantes africanos que objetivavam asilo nos países da União Europeia, sendo dada maior ênfase para as rotas do Mar Mediterrâneo Central e Ocidental, além da rota da África Ocidental, abordando os reflexos que tais deslocamentos ocasionaram. Verificou-se que os migrantes priorizaram as rotas mais curtas, o que ficou claro com o maior uso da rota do Mediterrâneo Central no intento de se alcançar o Continente Europeu, sendo as ilhas de Lampedusa e Malta as mais procuradas para esse acesso inicial. É importante pontuar que a rota que partia da Líbia se destacava como a mais mortal

para os postulantes a asilo, os quais utilizavam embarcações inadequadas para a grande quantidade de pessoas que eram conduzidas de forma ilegal.

Face ao crescente processo migratório ocorrido no contexto abordado, a União Europeia passou a adotar medidas que visavam, principalmente, barrar o fluxo existente. A exemplo disso, as ações da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira (FRONTEX) iam de encontro ao preconizado no direito do refugiado de não ser devolvido a seu país de origem. Além disso, os governos europeus financiaram meios próprios e dos países que possuíam maior expressão como ponto de partida para o deslocamento de refugiados para a UE, de forma a fortalecerem suas capacidades de impedirem tais fluxos. Dessa forma, a UE não priorizou o apoio às populações que buscavam melhores condições de vida, deixando a ajuda humanitária em segundo plano.

Ficou demonstrado que a atitude tomada pelos dirigentes europeus encontra respaldo na teoria geopolítica criada por outro europeu, Jean-Christophe Rufin, a Teoria dos Limes. Nela fica claro o desinteresse dos países mais desenvolvidos em fornecer qualquer apoio ao desenvolvimento das nações consideradas “bárbaras”, apesar de o discurso desses dirigentes possuírem, por vezes, um caráter humanitário não encontrado nas ações tomadas. Nesse interim, acordos realizados com a Líbia e Tunísia priorizavam a criação de barreiras, inclusive nas próprias nações africanas, para deter a continuidade do fluxo migratório. Tais acordos sofreram pesadas críticas da comunidade internacional, porém elas se reverteram em apenas pequenas mudanças nos objetivos acordados, nunca perdendo o foco na criação de barreiras.

De maneira díspar, a Operação Acolhida, implementada pelo governo do Brasil a partir de 2018, teve como escopo principal a ajuda humanitária à população venezuelana que fugia de seu país à procura de melhores condições de vida. A crise política e econômica ocasionada após a ascensão de Nicolás Maduro à chefia do governo venezuelano levou o país a viver o maior problema humanitário dentro da América Latina na atualidade.

O Brasil, mantendo seu histórico de país acolhedor, preocupou-se em salvaguardar os direitos dos refugiados que aqui se apresentavam, inclusive fornecendo possibilidades de integração com os nacionais por meio de atividades de interiorização no território nacional. Pode-se constatar que o País tornou-se exemplo internacional na condução do enfrentamento a uma situação de crise humanitária,

como corroborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Diante do exposto, chega-se à conclusão de que as atividades realizadas pela União Europeia no controle das migrações ocasionadas pela Primavera Árabe possuem como principal ensinamento, para o Estado brasileiro, o fortalecimento de instituição específica para o controle migratório, no caso a FRONTEX. Dessa maneira, permite-se um menor engajamento das Forças Armadas das nações europeias no controle migratório, possibilitando que elas possam direcionar seus esforços para sua atividade principal, a defesa.

Outrossim, verificou-se que as ações conduzidas pela UE no contexto citado podem absorver diversos ensinamentos das atitudes tomadas pelo Brasil, com primazia do Exército Brasileiro, na Operação Acolhida. Pode-se colocar como exemplos de tal situação a realização das fases de Abrigamento e Interiorização, que possibilitam a integração dos estrangeiros, que vivenciam dificuldades na Venezuela, na sociedade brasileira, fornecendo melhores condições de vida aos mesmos. Dessa forma, o Brasil demonstra um elevado caráter humanitário, menos presente nas ações europeias.

Por fim, verifica-se que o Estado brasileiro tem se destacado positivamente no contexto de resposta a fluxos migratórios, principalmente no que tange ao cumprimento de acordos internacionais de apoio a refugiados. Assim, a solução fornecida pelo governo brasileiro tem suprido as necessidades dos refugiados e imigrantes que aqui se apresentam, não renunciando à soberania.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação** (ABNT NBR 6024:2003). Rio de Janeiro: ABNT, 2003. 3 p.

_____. **Informação e documentação – citações em documentos – apresentação** (ABNT NBR 10520:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002a. 7 p.

_____. **Informação e documentação – referências – elaboração** (ABNT NBR 6023:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002b. 24 p.

_____. **Informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação** (ABNT NBR 14724:2011). Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 11 p.

ACNUR. **Os Warao no Brasil**. Newsletter. abril, 2021.

ADLER-NISSEN, Rebecca; ANDERSEN, Katrine Emilie; HANSEN, Lene. Imagens, emoções e política internacional: a morte de Alan Kurdi. **Revisão de Estudos Internacionais**, v. 46, n. 1, p. 75-95, 2020.

AGHROUT, Ahmed; MURILLO S, Lorena. LA “PRIMAVERA ÁRABE” DE ARGELIA: ¿TANTO PARA NADA?. **Foro Internacional**, p. 412-433, 2012.

AGIER, Michel. **Migrações, descentralismo e cosmopolitismo: uma antropologia das fronteiras**. Alagoas: Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2015.

ASSMANN, Moira Helena. **A primavera árabe e as constituições (2014) do Egito e da Tunísia: leitura crítica do PNUD como propagador mundial da governança democrática**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BALLA, Evanthia. **A Crise dos Refugiados: A resposta da União Europeia Uma Odisseia sem Ítaca**. Revista Europa, v. 1, n. 1, p. 2-18, 2020.

BARTKOWIAK, Jaqueline Zandona et al. A PRIMAVERA ÁRABE E AS REDES SOCIAIS: O uso das redes sociais nas manifestações da Primavera Árabe nos países da Tunísia, Egito e Líbia. **Revista Cadernos Internacionais**, v. 2017, n. 1, 2017.

BRASIL. Exército. ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Exército. ECEME. **Formatação de trabalhos acadêmicos**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei da Imigração. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 10 ago 2022.

CARVALHO, Luiza Del Giudice. **Internet e Democracia: Implicações na Organização Política de Tunísia e Egito a partir da Primavera Árabe**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

CHAISE, Mariana Falcão. **Mudanças de regime no pós-Primavera Árabe?: obstáculos a partir das polícias políticas no Egito, na Argélia e na Tunísia**. 2017. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CIEJD. **Rotas migratórias de entrada na EU**. Disponível em: https_eurocid.mne.gov.pt/?url=https%3A%2F%2Feurocid.mne.gov.pt%2Fartigos%2Frotas-migratorias-de-entrada-na-eu. Acesso em: 04 jul. 2022.

COSTA, Renata Alves da. **Cooperação Interagências: um estudo da relação Civil-Militar na Operação Acolhida (2018-2020)**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

CRUZ, Gustavo Lopes da. **Um estudo sobre a Operação Acolhida**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

DA CUNHA, Higor Hebert França. Quem é bem-vindo? A securitização da migração e o papel da União Europeia e da Itália. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 189-213, 2014.

SILVA, Isabela Montilha da et al. **Deslocamentos contemporâneos e a utilização do fetichismo categórico migrante-refugiado na externalização da política migratória europeia: uma análise do fluxo migratório Tunísia-UE: Uma análise do fluxo migratório Tunísia-União Europeia**. ÍANDÉ: Ciências e Humanidades, v. 5, n. 2, p. 04-23, 2021.

DE JESUS, Layse Rodrigues; BREDÁ, GABRIELLA WOTKOSKY. AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DA UNIÃO EUROPEIA E O CASO ITALIANO. **Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB**, v. 1, p. 1400-1415, 2019.

EUBAM LIBYA. **Missão de Assistência na Fronteira da UE na Líbia**. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eubam-libya_en?s=327. Acesso em: 28 jul. 2022.

FAÇANHA, Klebiane Queiroz. **Fluxos migratórios: da primavera Árabe à crise humanitária instalada na Europa**. 2016.

FERNANDES, Antônio Alves Tôrres; DE LIMA, Amanda Rafaela Domingos; LINS, Rodrigo Galvão Pinho. Democracia após a Primavera Árabe?: Os casos da Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 9, n. 3, p. 604-624, 2020.

FRONTEX. **Agência Europeia de Fronteira e Guarda Costeira**. Disponível em: <https://frontex.europa.eu/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

GENYI, George Akwaya. A chegada da Primavera Árabe na Argélia e no Sudão: paralelos comparativos e intuitivos. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 12, 2021.

JOFFÉ, George. A primavera árabe no Norte da África. **Origens e perspectivas de futuro**. Publicado em Revista de Relações Internacionais, Lisboa, n. 30, 2011.

JUNIOR, Cerqueira; ALMEIDA, Carlos Alberto. **As diferentes intensidades da Primavera Árabe sobre os países do Oriente Médio e Norte da África: os casos da Tunísia e do Egito**. 2012. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LANTOINE, Alain José Montalvão Horta et al. **O impacto da Primavera Árabe nas políticas de migração e asilo da União Europeia no Mediterrâneo**. 2013. Tese de Doutorado. FEUC.

LUZ, Camila Antunes da et al. **A propagação da democracia na Primavera Árabe: a influência dos fatores internacionais na difusão da democratização na Tunísia, no Egito e na Líbia**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MAFRA, Roberto Machado De Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. Sicurezza, Brasil, p.226, 2006.

MARCELINO, Patrícia. **A "Primavera árabe" e o fluxo de refugiados para a União Europeia: comunicação num cenário de crise**. Nação e Defesa, Lisboa, 2012.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Operação Acolhida**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MOJON, Jean Marc. **Diez años atrás estallaba la Primavera Árabe, que hoy es apenas un recuerdo**. Perfil, 2020. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/internacional/diez-anos-atras-estallaba-la-primavera-arabe-que-hoy-es-apenas-un-recuerdo.phtml>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MORAES, Manoela Azevedo. A teoria do Estado rentista e as revoluções da Primavera Árabe: um olhar sobre a Líbia. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística Edição Temática em Gestão, Internacionalização e Desenvolvimento**: Centro Universitário Senac, São Paulo, v. 5, n. 5, março 2016.

MORONI, Lisa. **Migração e sustentabilidade: o caso do Mediterrâneo**. Tese de Doutorado. 2021.

O GLOBO. **Europa militariza fronteiras frente à crise migratória**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/europa-militariza-fronteiras-frente-crise-migratoria-3-17303595>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OLIVEIRA, Catarina Reis; PEIXOTO, João; GÓIS, Pedro. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão-atração revisitado e os desafios para as

políticas migratórias. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, p. 73-98, 2017.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe: uma proposta de classificação analítica**. 2015. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

RODRIGUES, Laura Beatriz Oliveira. **Migrações e pressões sobre as políticas de imigração na Europa**. 2018. 75f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Ambiental) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, 2018.

SALVADOR, Breno. **Europa militariza fronteiras frente à crise migratória**. O Globo, 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/europa-militariza-fronteiras-frente-crise-migratoria-3-17303595>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SANTOS, Sofia José. **Primavera Árabe**. Dicionário das crises e das alternativas, p. 168, 2012.

SOHLBERG, Jacob; ESAIASSON, Peter; MARTINSSON, Johan. O impacto político em mudança de imagens que evocam compaixão: o caso do bebê afogado Alan Kurdi. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 45, n. 13, p. 2275-2288, 2019.

SOUZA, Orlando Mattos Sparta de; LOPES, Roger Regufe Gonçalves. Operação Acolhida: a resposta do Estado brasileiro diante da crise humanitária venezuelana e suas consequências para a Defesa Nacional. **A Defesa Nacional**, v. 846, 3º quadrimestre, p. 14-26, 2021.

UNIÃO EUROPEIA. **Site oficial da união Europeia**, 2022. Disponível em: <https://european-union.europa.eu>. Acesso em: 18 abr. 2022.

VILLAVERDE, JESÚS A. NÚÑEZ. **Una panorámica (problemática) del desarrollo en el Mundo Árabe**. Revista de Fomento Social, [s. l.], n. 300, 2021. DOI 10.32418/rfs.2021.300.5029. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=edsdoj&AN=edsdoj.f82414bde5147a8915cb4f9b35c2049&lang=pt-br&site=eds-live>. Acesso em: 20 maio. 2022.

WEBER, María Dolores Algora. Las transiciones de la "Primavera Árabe" en Marruecos, Argelia y Jordania. **Cuadernos de estrategia**, n. 168, p. 215-248, 2014.